

UNIVERSIDADE DOS AÇORES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS



# Arquitectura Civil da Ilha de São Jorge – Séculos XVIII a XX

Volume I

Cristina Bettencourt Marques

Ponta Delgada

2013

# Arquitectura Civil da Ilha de São Jorge – Séculos XVIII a XX

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de mestre em  
Património, Museologia e Desenvolvimento

Orientador:

Professor Doutor Manuel Sílvio Alves Conde

Co-Orientador:

Professor Doutor João Vieira Caldas

Ponta Delgada

2013

*Aos meus pais*

# Arquitectura Civil da Ilha de São Jorge – Séculos XVIII a XX

**Cristina Bettencourt Marques**

## **Resumo**

Nesta dissertação, procedeu-se, em primeiro lugar, ao levantamento de um conjunto de construções de carácter doméstico e público, edificadas na ilha de São Jorge, entre os séculos XVIII e XX. Após este procedimento, a informação recolhida foi registada em fichas de inventário, devidamente numeradas, tendo sido feita a datação e descrição baseada apenas no aspecto exterior. Seguidamente, através do estudo deste inventário, evidenciaram-se as relações entre os diferentes meios, dentro e fora da ilha, que proporcionaram condições para que houvesse uma harmonia arquitectural, fruto das relações espaciais. Assim, pode concluir-se que existe um equilíbrio entre modelos rurais e urbanos, havendo também uma transição para a modernidade através dos elementos exógenos, tendo-se adoptado soluções eruditas. Pretendeu-se, com este estudo, contribuir para um conhecimento mais aprofundado do património arquitectónico açoriano, mais propriamente jorgense, tão pouco conhecido e divulgado.

## ***Abstract***

*This thesis was based upon a survey of constructions of domestic and public character, built in the island of São Jorge, between the eighteenth and twentieth century. After this procedure, the information was organized in inventory sheets, properly numbered, with the chronology and the description of the elements, based only on the external appearance. Through the study of this inventory, it was possible to show the relations between the different environments, inside and outside of the island, which provided proper conditions for architectural harmony, as a result of the spatial relations. In conclusion, there is a balance between the rural and the urban models, as well as a transition to modernity through the exogenous elements by the embracing of erudite solutions. This study will contribute to a deeper knowledge of the Azorean architectural heritage, specifically of São Jorge, which is not well-known.*

## ÍNDICE

<b>Resumo/Abstract</b>	4
<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>1. A ILHA DE SÃO JORGE – ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO</b>	8
1.1. TERRITÓRIO E AMBIENTE	8
1.2. POVOAMENTO	11
1.3. AS VILAS	13
1.3.1. Vila das Velas	14
1.3.2. Vila da Calheta	22
1.3.3. Vila do Topo	26
<b>2. CASA RURAL</b>	30
<b>3. ARQUITECTURA CIVIL URBANA</b>	38
3.1. PAÇOS CONCELHIOS	40
3.1.1. Paços do Concelho da Vila das Velas	41
3.1.2. Paços do Concelho da Vila da Calheta	44
3.1.3. Antigos Paços do Concelho da Vila do Topo	46
3.2. CASAS NOBRES	47
3.3. CASAS TORREADAS	49
3.4. NOVAS SOLUÇÕES, ASSUNÇÃO DA MODERNIDADE	52
<b>4. ARQUITECTURA ERUDITA EM MEIO RURAL</b>	59
<b>CONCLUSÕES</b>	68
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	71
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b>	78
<b>ANEXO – Volume II</b>	80
<b>Nota Prévia</b>	81
<b>LISTA DOS EXEMPLARES INVENTARIADOS</b>	82
<b>MAPA COM DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA</b>	84
<b>FICHAS DE INVENTÁRIO</b>	85

## INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, e na sequência do trabalho realizado no quadro do seminário “Cidade e Património Urbano”, escolhi como tema de dissertação “Arquitectura Civil da Ilha de São Jorge – Séculos XVIII a XX”. Através do levantamento e estudo de um conjunto arquitectural valioso e genuíno, mas pouco conhecido e divulgado, pretendia-se contribuir para um conhecimento mais aprofundado do património arquitectónico açoriano.

Procedeu-se, em primeiro lugar, a um trabalho de campo, necessário para o estabelecimento de uma base de dados que considerasse as construções de carácter doméstico ou público (civil), bem como as unidades paisagísticas erguidas na ilha de São Jorge entre o século XVIII e os tempos actuais, sejam elas de traçado erudito ou vernáculo, inseridas em meio rural ou urbano.

A área científica em que se insere esta dissertação, o escasso tempo e os meios disponíveis para a sua elaboração levaram-nos a opções que importa referir. Assim, o levantamento considerou exclusivamente os aspectos detectáveis a partir do exterior e o estudo foi centrado na arquitectura civil urbana.

As fichas de inventário que localizam, datam e descrevem as habitações/edifícios civis da ilha e que vão anexadas a esta dissertação, são a principal base do estudo que elaborámos. Empregou ainda diversas fontes escritas, com destaque para jornais da época, que fornecem por vezes informações específicas, e fontes orais, das pessoas mais idosas da comunidade. Outra fonte, igualmente imprescindível, foram as fotografias antigas dos diversos locais da ilha, que nos dão elementos impossíveis de alcançar por outros meios.

Considerou-se assim, o processo de ocupação e de organização do espaço jorgense, a constituição das “vilas” (Velas, Calheta e Topo) e a evolução da organização dos meios urbanos da ilha, bem como o desenvolvimento do seu património arquitectónico, numa perspectiva de relação espacial entre os diferentes meios, rural e urbano.

A temática da habitação rural foi abordada nesta dissertação, sobretudo como forma de se perceber as origens dos modelos da casa urbana, na medida em que se evidencia uma relação intrínseca entre os dois meios, onde sempre prevaleceu o sistema “forno/lar/chaminé”. Na ruralidade, este sistema aparece de uma forma simplificada, com dimensões reduzidas. Enquanto que, em meio urbano, o conjunto do forno surge

com outra escala e aparato, que também ocorre em meio rural num pequeno número de habitações de influência erudita.

Por toda a ilha, é possível encontrar casas nobres dos tempos áureos da ilha, em que se fazia a exportação da laranja e do vinho. Foi esta economia em ascensão que enriqueceu muitos dos proprietários que construíram as suas quintas no meio rural, encerradas por muros em alvenaria de pedra basáltica.

Esta pedra não era apenas utilizada para muros, mas empregue nas mais diversas decorações e estruturas nas habitações, havendo por vezes exemplos de grande complexidade na escultura da pedra, como é o caso dos Paços do Concelho das Velas.

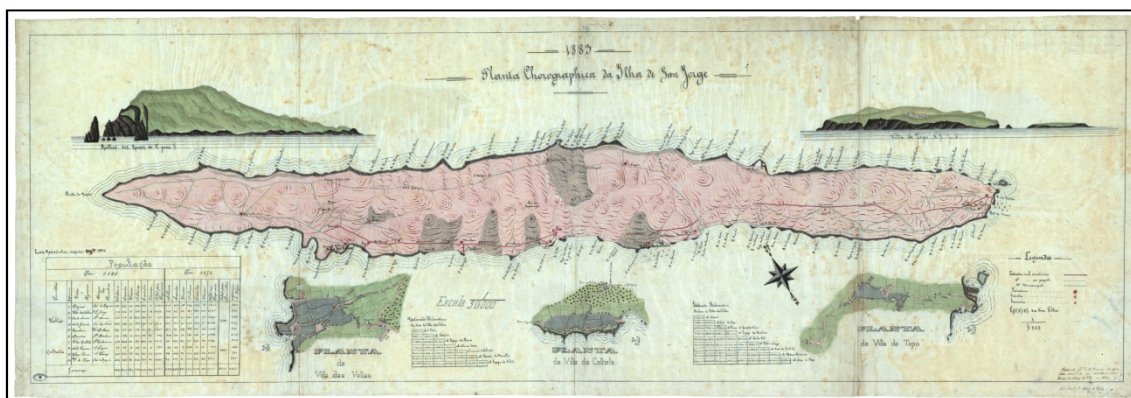
No meio urbano, surgem habitações com as chamadas torres, semelhantes às das ilhas mais próximas, feitas parcialmente ou totalmente em madeira, decoradas com intrincados rendilhados, entendíveis no quadro transatlântico da baleação.

Como exemplo de uma ténue transição para a modernidade, surgem-nos em meio urbano e essencialmente na vila das Velas, edifícios oitocentistas com referências tardoromânticas. Na viragem para o século XX e nas primeiras décadas deste, revelam-se manifestações de eclectismo e acentua-se a prolixidade do desenho, assinalando distanciamento em relação à arquitectura da ruralidade. Nos últimos decénios, apareceu alguma obra pública, geralmente de menor qualidade arquitectónica, divergente do comum, singularizando-se no meio envolvente pela sua exuberância.

Na ruralidade da ilha de São Jorge, encontramos modelos com soluções eruditas, desde as casas nobres e casas de quinta, ornadas com o negro do basalto, até ao “chalet”, que traz um certo cosmopolitismo às freguesias rurais jorgenses.

A investigação foi-nos revelando uma relação espacial, não apenas entre as vilas e as freguesias “vizinhas” mas também entre aquelas e os centros urbanos das ilhas em redor. Há uma estreita ligação entre as ilhas do Faial e Pico e as vilas das Velas e da Calheta, e entre a ilha Terceira e a vila do Topo, evidenciando-se, claramente, exemplos de traços arquitectónicos relacionáveis entre as ilhas mencionadas e a de São Jorge.

## 1. A ILHA DE SÃO JORGE – ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO



**Ilustração 1** – *Planta Chorographica da Ilha de San Jorge* (1883)

### 1.1. TERRITÓRIO E AMBIENTE

As ilhas dos Açores, ao serem descobertas, pareceram aos navegadores portugueses um paraíso com coberto vegetal denso e luxuriante <sup>1</sup>.

É muito difícil saber ao certo qual a flora que existia nas ilhas na altura do seu descobrimento, tendo sido desde então, introduzidas, voluntária ou involuntariamente, novas espécies. Mas, sendo estes ecossistemas muito frágeis, as comunidades indígenas quase desapareceram, encontrando-se hoje apenas em locais de difícil acesso, estando constantemente ameaçadas pelo crescente número de plantas exóticas <sup>2</sup>.

Como nos diz Eduardo Dias, “ausentes da estruturação do meio pela civilização, as florestas seriam então, mesmo num conceito mais purista, comunidades virgens”. O primeiro encontro do homem europeu quatrocentista com as ilhas foi de surpresa pelas densas florestas e coberto verde extenso. A intervenção do homem no meio natural iniciou-se com o povoamento e estendeu-se até à actualidade, ultrapassando a simples exploração dos recursos existentes, transformando-se toda a paisagem, com a implantação de novos ecossistemas (agrário e urbano) <sup>3</sup>. Considerando todos estes factores, a alteração da paisagem foi inevitável, sofrendo uma evolução progressiva ao longo dos anos.

A ilha de São Jorge está localizada no centro do Grupo Central, no “coração dos Açores”. Possui em volta quatro ilhas: Pico, Faial, Graciosa e Terceira. E é aqui que se

<sup>1</sup> Cf. Dias, 2007: 138.

<sup>2</sup> Cf. Oliveira *et al.*, 1993: 49.

<sup>3</sup> Cf. Dias, 2007: 139/147.

sente a verdadeira essência de se viver num arquipélago, pois está-se rodeado por ilhas de todos os lados.

Raul Brandão, no seu livro “Ilhas Desconhecidas”, faz a seguinte descrição da ilha de São Jorge: “Ao longe vai aparecendo e acompanha-me sempre outra ilha, S. Jorge, estirada a todo o comprimento. Já percebi que o que as ilhas têm de mais belo e as completa é a ilha que está em frente...”; ”(...) S. Jorge estendido ao sol, doirado e longínquo, cheio de crateras inofensivas e roxas, abrindo as bocas diante de mim, com um pouco de azul lá dentro”<sup>4</sup>.

Assim, apercebemo-nos da centralidade da ilha, bem como de alguns aspectos geológicos (a cordilheira central).



**Ilustração 2 - Cordilheira Central**

São Jorge, tal como todas as outras ilhas do arquipélago dos Açores, é de origem vulcânica. Existiram dois aspectos distintos durante a formação do arquipélago: a expulsão de lava, formando mantos (planícies mais ou menos férteis) e também a projecção de cascalho que originou diferentes formações (picos elevados). Distinguem-se três fases de formação. Primeiro temos o complexo do Topo, depois o de Rosais e por fim o das Manadas <sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. Brandão, 2009: 160/161.

<sup>5</sup> Cf. Dias, 2011: 31/34.

A ilha é caracterizada pelas suas íngremes encostas (“a ilha é de um espinhaço mui alto, de que correm muitas ribeiras em todo o ano...”), tanto a Sul como a Norte, que chegam a atingir várias centenas de metros, sendo interrompidas por pequenas línguas de terra plana, as fajãs <sup>6</sup>.

As fajãs, muito típicas em São Jorge (que é por vezes chamada “a ilha das fajãs”), possuem, normalmente, terrenos férteis, bons para a agricultura. Podem distinguir-se dois tipos de fajãs: as lávicas, formadas por escoadas de lava, que solidificam junto ao mar, e as detríticas ou de talude, constituídas por materiais provenientes dos desmoronamentos das encostas erodidas pelo mar e vento <sup>7</sup>.

Tal como as restantes ilhas do arquipélago, São Jorge é afectado pela actividade sísmica e vulcânica, tendo sido palco de diversas calamidades ao longo da história. Dá-se realce à erupção vulcânica/crise sísmica de 1580 (que durou 4 meses), ao terramoto de 1757, à erupção do vulcão da Urzelina em 1808, à crise sísmica de 1964 e ao sismo de 1980. Todos estes desastres da natureza tiveram consequências para os habitantes, perdendo-se culturas, habitações e vidas <sup>8</sup>.



**Ilustração 3** – Carta vulcanológica de São Jorge (<http://www.cvarg.azores.gov.pt>)

A nível do clima, a ilha de São Jorge é semelhante a todas as restantes ilhas do Arquipélago dos Açores. Está situada numa região subtropical e zona temperada, sendo fustigada por ventos predominantemente do quadrante sudoeste, que provocam chuvas

<sup>6</sup> Cf. Ferreira, 2008: 42. Frutuoso, 2005: 89/94/95.

<sup>7</sup> Cf. Caldas, 2007: 326.

<sup>8</sup> Cf. Avellar, 1902: 411/425/431.

intensas desde o mês de Outubro a Dezembro. No intervalo de Janeiro a Março, também existe alguma precipitação, sendo os ventos mais frescos e ocorrendo muito esporadicamente queda de neve nos pontos mais altos da ilha <sup>9</sup>.

Durante milhares de anos, a ilha de São Jorge foi alterada pelos fenómenos naturais (vulcanismo e clima) e nos últimos cinco séculos pelo ser humano. A sua colonização foi condicionada pela própria topografia da ilha, forçando as pessoas a instalarem-se nas zonas mais propícias ao cultivo e pastoreio/reprodução de animais para consumo <sup>10</sup>.

As culturas de trigo seriam nas zonas de Velas, Rosais, Calheta, Ribeira Seca (parte baixa) e Topo. Para além dos cereais, também se desenvolveu a viticultura, cuja produção era feita nas zonas junto ao mar (Queimada, Ribeira do Nabo, Urzelina e Fajã Grande). Todavia, a cultura da vinha foi afectada por uma doença, o oídio, que fez que no século XIX, esta cultura fosse substituída pela da laranja. Os locais escolhidos para a criação de gado foram os mais altos, como por exemplo a Serra do Topo, e os locais da costa Norte, denominando-se esta área de “serra municipal” <sup>11</sup>.

## 1.2. POVOAMENTO

O Arquipélago dos Açores foi descoberto por volta de 1427, a mandado do infante D. Henrique. No mesmo século, mas já em 1450 (aproximadamente) é que se fez o reconhecimento das ilhas do Grupo Central, onde está incluída a de São Jorge. É na década de 1480 que se dá o arranque da ocupação humana nesta ilha, embora anteriormente pudesse ter havido excursões de reconhecimento do território. A partir de 1483, devido à dinâmica de Angra, na ilha Terceira, a capitania de São Jorge foi cedida a João Vaz Corte-Real, dando-se assim o definitivo incremento da sua colonização <sup>12</sup>.

A primeira fase de ocupação das ilhas dos Açores foi condicionada pelas condições de aportagem e de fixação imediata das populações, e só mais tarde começou a haver a preocupação de povoar locais onde pudesse haver uma boa exploração rural. Assim, deu-se origem a uma ocupação em “cordão”, ou seja, foram-se formando núcleos populacionais contínuos em torno das ilhas. No entanto, este tipo de ocupação foi mais difícil de implementar na ilha de São Jorge devido às suas escarpas e costas agrestes;

---

<sup>9</sup> Cf. Pereira, 1987: 20.

<sup>10</sup> *Ibidem*: 22.

<sup>11</sup> Cf. Maciel, 2010: 7/8.

<sup>12</sup> Cf. Caldas, 2007: 323. Dias, 2008: 83. Meneses, 2008: 67. Sousa, 1983: 105.

assim formaram-se vários aglomerados dispersos e o “cordão” manifestou-se apenas em algumas partes da ilha. Em São Jorge ocorre uma situação excepcional no arquipélago, pois existem povoados acima dos 400 metros <sup>13</sup>.

O relevo da ilha também condicionou a ocupação do espaço, já que as terras situadas acima dos 300 metros ocupam 70% da área total, e as acima dos 400 metros correspondem a 55%. A elevada humidade e nevoeiros, característicos destas zonas altas, favoreceram a criação de pastagens para o gado, sendo esta, desde cedo, a vocação da ilha. Nas zonas mais baixas, essencialmente fajãs, formaram-se pequenos aglomerados populacionais, bastante isolados e de acesso difícil, muitas vezes feito apenas por mar. Aliás, devido ao acentuado relevo da ilha, as comunicações eram feitas quase sempre de barco <sup>14</sup>.

No entanto, não se pode atribuir apenas ao relevo a justificação para o tipo de aglomerados existentes na ilha. A diversidade da origem dos colonizadores, o quadro específico da fixação nas diferentes áreas também tiveram influência, havendo locais com uma organização do povoamento linear, outros disperso, outros aglomerado <sup>15</sup>.

O povoamento do arquipélago dos Açores foi difícil, pois as ilhas encontravam-se em estado selvagem. Assim, passou por diversas etapas. Primeiro, foram lançados diversos animais (sobretudo ovelhas) para este território imaculado, como forma de averiguação da sua fertilidade; seguidamente, após se verificar que os animais tinham sobrevivido e procriado, era altura de trazer pessoas para povoarem as ditas ilhas. Após serem concluídos os esforços para que as populações tivessem alimentos, estava na altura de se preocuparem também com a questão da habitação. Inicialmente, as pessoas abrigavam-se em furnas ou cafuas, mas devido à abundância de madeira começaram a construir as suas “casas” <sup>16</sup>.

Na administração civil, nos inícios do século XVI, já se evidenciavam os ramos essenciais de uma rede de concelhos açorianos, certificando o êxito da colonização <sup>17</sup>.

Na ilha de São Jorge, no ano de 1568, já existiam seis freguesias: Topo, Ribeira Seca, Calheta, Manadas, Velas e Rosais <sup>18</sup>.

As freguesias do lado Sul da ilha surgiram primeiro, provavelmente devido ao clima que melhor se fazia sentir. Na altura em que Gaspar Frutuoso escreveu o seu livro

---

<sup>13</sup> Cf. Fernandes, 1996: 84-86.

<sup>14</sup> Cf. Caldas, 2007: 323. Ferreira, 2008: 42.

<sup>15</sup> Cf. Caldas, 2007: 324/325.

<sup>16</sup> Cf. Dias, 2011: 50/262. Meneses, 2008: 63. Monterey, 1981: 125.

<sup>17</sup> Cf. Meneses, 2008: 75.

<sup>18</sup> Cf. Avellar, 1902: 28.

“Saudades da Terra” (século XVI), São Jorge ainda não possuía qualquer freguesia no lado Norte, “...por ser terra tão áspera, que não se pode habitar, nem se poderem sustentar os que nela quisessem viver”<sup>19</sup>.

Foi também nesta altura que começou a haver a distinção dos diversos grupos sociais: como era de esperar, as gentes mais abastadas possuíam casas cada vez melhores e os pobres permaneciam com as mesmas habitações simples<sup>20</sup>.

### 1.3. AS VILAS

Hoje em dia, a ilha é dividida em dois concelhos: o das Velas e o da Calheta. Desde cedo que a vila das Velas é a capital. Esta é há muito a povoação principal da ilha, tendo obtido essa dignidade no ano de 1500. O concelho tem actualmente seis freguesias (Velas, Rosais, Santo Amaro, Urzelina, Manadas e Norte Grande)<sup>21</sup>.

No concelho da Calheta, temos a vila do mesmo nome, que foi assim classificada no ano de 1534. Este concelho possui cinco freguesias (Calheta, Ribeira Seca, Norte Pequeno, Santo Antão e Topo)<sup>22</sup>.

Ainda dentro do concelho da Calheta, podemos encontrar hoje outra vila, a do Topo, cabeça do concelho desde 1510. Porém, este concelho foi extinto e integrado no da Calheta em 1850, por não possuir recursos suficientes para a sua sustentação<sup>23</sup>.

Cada aglomerado populacional tem a sua estrutura e forma urbana. Assim, podem considerar-se três tipologias de estruturas urbanas insulares em função da complexidade da malha existente<sup>24</sup>.

Primeiramente, temos o modelo linear, o mais simples, correspondendo a uma estrutura alongada, composta à volta de uma rua direita (principal), com curtas travessas a cruzar esta mesma. Mas por vezes, há também um arruamento secundário paralelo a esta rua principal. Nesta tipologia existem dois pólos principais, a “matriz” e a “câmara”. Nos Açores existem diversas vilas e cidades com este tipo de estrutura, como

---

<sup>19</sup> Cf. Frutuoso, 2005: 92. Monterey, 1981: 146.

<sup>20</sup> Cf. Dias, 2011: 262/263. Santos, 1989: 160.

<sup>21</sup> Cf. Avellar, 1092: 230. Dias, 1924: 95. Frutuoso, 2005: 91. Sousa, 2003: 31.

<sup>22</sup> Cf. Avellar, 1902: 321. Pereira, 1987: 43.

<sup>23</sup> Cf. Leite, 2008: 17.

<sup>24</sup> Cf. Fernandes, 1996: 135-137.

é o caso de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, ou a vila da Calheta, na ilha de São Jorge <sup>25</sup>. É também neste modelo que se enquadra a vila do Topo, na mesma ilha.

Em segundo lugar, existe a tipologia do modelo irradiante. Este, em comparação com o anteriormente descrito, tem um ligeiro aumento de complexidade. Aqui, existe uma série de arruamentos que tendem ou chegam mesmo a convergir para um largo, embora haja, entre os arruamentos, um que é considerado o principal. Nos Açores, existe o exemplo da vila das Velas, na ilha de São Jorge, e a cidade da Praia da Vitória, na ilha Terceira <sup>26</sup>.

Por fim, temos a tipologia mais complexa, correspondendo ao modelo em retícula. Este surge essencialmente nas grandes cidades e vilas, manifestando-se na cidade da Ribeira Grande e na Lagoa, ambas na ilha de São Miguel, mas não está representado na ilha de São Jorge <sup>27</sup>.

A seguir, referir-nos-emos às vilas jorgenses – Velas, Calheta e Topo – procurando apresentar os dados mais relevantes da sua evolução histórica desde o tempo em que se formaram até aos dias de hoje, dando particular atenção aos aspectos relativos à estruturação do tecido urbano e aos pólos principais das mesmas.

### **1.3.1. Vila das Velas**

Para Sousa, “A primitiva vila, essa que foi destruída pelas inundações e pelo mar, devia ser ainda mais pitoresca, porque nessa época as Terras do Correia, em que deveriam ter fundado a povoação, para sua beleza e segurança, eram cobertas de vinhas, quintas, pomares e arvoredos, de uma paisagem de encantos sem rival” <sup>28</sup>.

A vila das Velas, a povoação mais importante da ilha de São Jorge, segue a norma de implantação dos núcleos urbanos na costa sul, ficando plantada à beira mar, junto a um cone vulcânico. Como já foi referido antes, esta vila apresenta uma estrutura urbana consolidada e insere-se dentro do modelo “irradiante”, que corresponde a um aumento da complexidade da rede urbana, havendo arruamentos que tendem a convergir ou convergem para um largo; no entanto, dentro dos arruamentos, há muitas vezes uma rua principal. Nas Velas, como é perceptível a partir de qualquer planta ou fotografia aérea,

---

<sup>25</sup> Cf. Fernandes, 1996: 137-139.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Ibidem*: 140-143.

<sup>28</sup> Cf. Sousa, 2002: 134.

a irradiação faz-se a partir da Estrada Real (actual avenida 19 de Outubro) e do largo de Santo Antão. Daqui irradiam cinco ruas que descem em feixe em direcção a vários pontos à beira mar, sendo estas intersectadas pela actual rua Cunha da Silveira. De entre as referidas cinco ruas, existe uma que é a considerada a principal, a chamada “Rua Direita” (entre o largo da Matriz e os Paços do Concelho) <sup>29</sup>.

Como elementos definidores da malha urbana da vila das Velas podem nomear-se: as estruturas militares para defesa<sup>30</sup>, a igreja matriz, a casa da câmara e o convento de São Francisco <sup>31</sup>.

Como acontece com outras localidades dos Açores, e não só, um aglomerado populacional começa com um porto e com a implantação de uma igreja (mesmo que de pequenas dimensões).

O sítio da vila possui uma característica bastante importante e mencionada por diversos historiadores da ilha: uma belíssima baía, em semicírculo, formada por crateras, que proporcionava um porto natural onde as embarcações podiam ancorar. Foi este que permitiu o crescimento da vila, que, além da baía, possuía um clima ameno, e estava abrigada dos ventos <sup>32</sup>.

Pouco a pouco, vão-se configurando os diversos espaços públicos da vila. O cais, como já foi dito, onde chegam homens e mercadorias; um largo, a Praça Velha ou do Mercado, que fica em frente à Igreja Matriz de São Jorge (mandada erguer, em 1460, pelo infante D. Henrique), e como o próprio nome indica, havia ali um mercado, cuja construção começou em 1875, onde se vendia fruta e carne; a Praça Municipal, primitiva praça do Pelourinho, hoje com forma trapezoidal, nascida após o derrube de algumas casas e de uma quinta em 1836, onde foi construído um jardim, espaço amplo para desfrutar de um passeio agradável, com árvores a fazer sombra e bancos para quem se quisesse sentar; o Largo de Santo Antão, junto à ermida do mesmo nome, demolida em 1870, antigo lugar de venda de hortaliças, para onde no século XX foi transposto o mercado municipal <sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> Cf. Fernandes, 2008: 43.

<sup>30</sup> Estas estruturas militares compreendem vários fortes e redutos: Forte de Nossa Senhora do Pilar; Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição; Fortaleza de Santa Cruz; Forte de São José e Reduto de Santo António. Algumas destas construções eram ligadas entre si por uma grande muralha, ainda hoje parcialmente existente. Como seria de esperar, com o passar do tempo a maioria destas estruturas desapareceu ou encontra-se em péssimo estado de conservação. (Cf. Avellar, 1902: 239)

<sup>31</sup> Cf. Chueca Goitia, 1982: 8/9. Fernandes, 2008: 43.

<sup>32</sup> Cf. Pereira, 1987: 27.

<sup>33</sup> Cf. Avellar, 1902: 252-258. Ávila, 1989: 36. Cardoso, 2005: 255.

Depois dos terrenos da vila das Velas já estarem desbravados e arroteados, as populações começaram a explorar os recursos que a freguesia dos Rosais (considerado o “celeiro da ilha”) oferecia, sendo muito bem-sucedidos <sup>34</sup>.

A população da vila abrangia, no final do século XVI, 826 “almas de confissão”, correspondendo a 242 fogos<sup>35</sup>. Terá aumentado a cada ano que passava, sendo considerada assim, uma das localidades mais importantes do arquipélago, com ligações marítimas às ilhas do Pico, Faial, Graciosa e Terceira <sup>36</sup>.

Já nos séculos XVI/XVII se podiam observar casas de diversas tipologias, umas mais modestas, cobertas por colmo, outras telhadas e apalaçadas, assinalando a distinção entre os vários grupos sociais. O número de habitações e ruas tinha aumentado, erguendo-se edifícios de construção duradoura e beneficiando-se alguns dos já existentes. Estas obras devem-se também aos talentosos pedreiros, carpinteiros e ferreiros que estavam a trabalhar nas obras de fortificação da vila <sup>37</sup>.

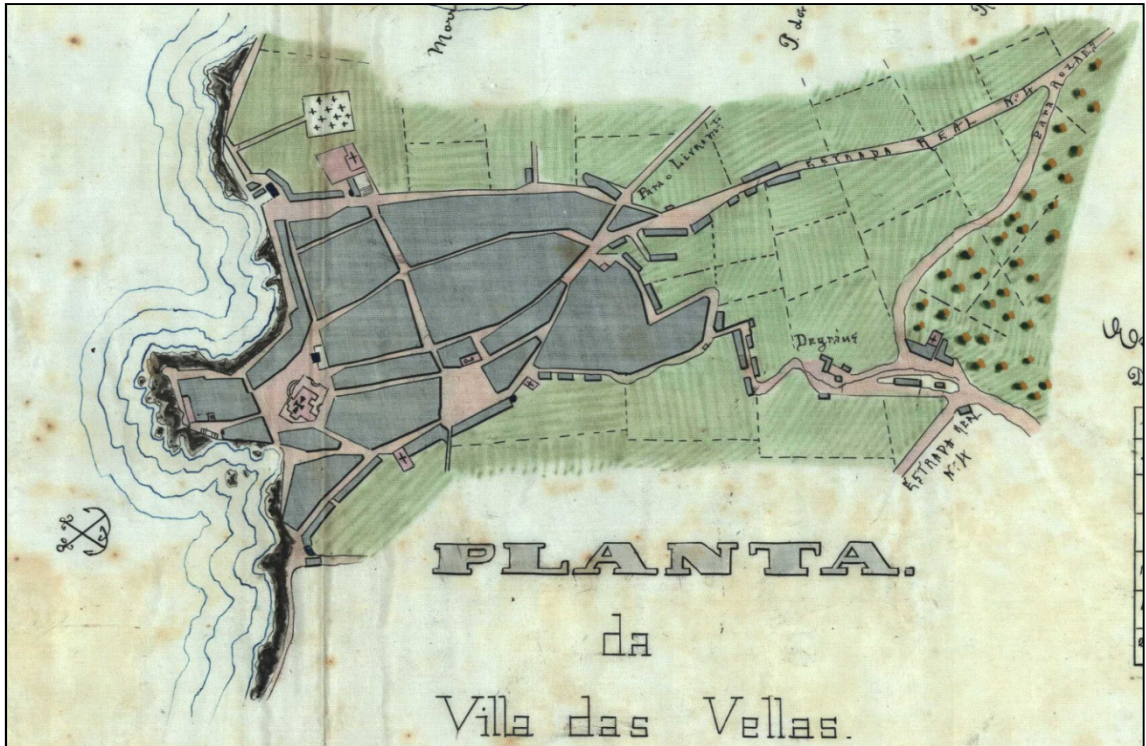
---

<sup>34</sup> Cf. Dias, 1924: 97. Pereira, 1987: 27.

<sup>35</sup> Cf. Frutuoso, 2005: 91.

<sup>36</sup> Cf. Pereira, 1987: 33.

<sup>37</sup> Cf. Ávila, 1989: 23. Pereira, 1987: 34.



**Ilustração 4** - Mapa da vila das Velas (recorte da *Planta Chorographica da Ilha de San Jorge*, 1883)



**Ilustração 5** - Ortofotomapa da Vila das Velas - ano 2005 (Cedido pelos Serviços de Ambiente da Ilha de São Jorge)

A vila das Velas apresenta desde muito cedo um tecido urbano coeso, tendo-se mantido o traçado do seu centro, no essencial, com o decorrer dos séculos. Era nesta vila que existiam as melhores casas do concelho, livres das estruturas rurais. Assim, as actividades agrícolas eram feitas nos terrenos periféricos ao centro, como por exemplo na zona de Entre-os-Morros e no Livramento (hoje em dia zonas com inúmeras habitações)<sup>38</sup>.

As ordens religiosas foram importantes instituições estruturadoras do tecido urbano da vila. O convento de São Francisco, apesar da mudança de localização (antes ficava junto ao mar, na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição), foi um importante motor para o desenvolvimento de uma rua, a de São Francisco, hoje em dia Rua Cunha da Silveira. O convento de Nossa Senhora do Rosário, de clarissas, deu em tempos nome à rua onde estava implantado: era a chamada Rua das Freiras<sup>39</sup>.

Ambos os conventos sofreram alterações significativas com a extinção das ordens religiosas em 1834. O convento de São Francisco foi, primeiro, cedido à Misericórdia, que nele instalou o hospital. Em 1871, este edifício foi entregue à câmara municipal, para acomodação da secretaria e escola de instrução primária do sexo masculino. A parte do antigo hospital da Misericórdia serviu, depois de 1849, de quartel militar. Já no século XX, este edifício foi transformado em centro de saúde<sup>40</sup>, permanecendo assim presentemente. Na cerca do antigo convento de Nossa Senhora do Rosário, foi instalado o cemitério municipal, mais tarde deslocado para junto do convento franciscano, encontrando-se até aos dias de hoje no mesmo local. O Club Velense foi estabelecido na parte leste, por volta do ano de 1859. Já o Teatro Velense foi construído na igreja do convento, tendo sido inaugurado a 2 de Fevereiro de 1865<sup>41</sup>. Actualmente, tanto o club como o teatro já desapareceram, erguendo-se moradias no seu lugar. No entanto, ainda existem alguns vestígios do convento das clarissas.

---

<sup>38</sup> Cf. Maciel, 2010: 60/61.

<sup>39</sup> Cf. Ávila, 1989: 36.

<sup>40</sup> O centro de saúde das Velas, com a crise sísmica de 1964, sofreu danos consideráveis tendo que ser transferido temporariamente para a casa de repouso João Inácio de Sousa (Relatos de Altino Melo).

<sup>41</sup> Cf. Avellar, 1902: 259-275.



**Ilustração 6** - Vestígios do convento de Nossa Senhora do Rosário

A irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas teve um papel fundamental na vida social. Esta instituição de caridade foi instituída a 15 de Abril de 1543. Tinha um grande número de “irmãos”, que, ao pertencerem a esta comunidade, tinham algumas obrigações. O seu edifício e igreja foram construídos na zona onde hoje se encontra a casa de repouso João Inácio de Sousa, cuja rua, no século XVII, tinha a denominação de Rua da Misericórdia, actualmente Rua Dr. Teófilo de Braga. Nesta igreja, era praticado o culto e feita a sepultura aos mortos. Só em 1698 se deu o início da construção do hospital, graças à generosidade da D. Beatriz de Melo, que deixou todos os seus bens à irmandade. No ano de 1848, após a extinção das ordens religiosas, a Misericórdia transfere o seu hospital para o convento de São Francisco, ficando o antigo albergue como quartel para a tropa <sup>42</sup>.

No século XIX, as Velas conheceram mudanças significativas. Ocorreram muitas reconstruções urbanas, sendo o tufo amarelo substituído pelo basalto trabalhado. Anteriormente, o basalto era empregue apenas nas vergas de portas e janelas e em alguns cunhais, sendo a restante estrutura da habitação feita em tufo <sup>43</sup>.

Para além das melhorias nas casas, os espaços públicos também foram bastante alterados. A Praça Municipal (actualmente Jardim da República) foi alvo, por volta de

---

<sup>42</sup> Cf. Avellar, 1902: 115-125. Ávila, 1989: 36.

<sup>43</sup> Cf. Ávila, 1989: 44.

1870, de um processo de arborização, tendo sido mais tarde, em 1889, colocado no centro um coreto. A praça, transformada em jardim, é ainda hoje, um agradável espaço de lazer. Para fazer deste recinto o que ele é, não se pode deixar de considerar o espaço envolvente, cujos edifícios em volta, principalmente a Câmara Municipal, fazem o enquadramento deste jardim <sup>44</sup>.

Também o cemitério da Conceição (municipal) demonstra uma grande evolução. Antes da sua abertura, em 1856, na antiga cerca do convento de São Francisco, os enterramentos eram feitos dentro da própria igreja e no respectivo adro, num precário quadro higiénico próprio da época que se vivia <sup>45</sup>.

Em 1874 foi criado o hospício dos expostos, que vinha substituir a chamada “roda dos expostos”, instalada na casa da câmara. Esta instituição acolhia os filhos bastardos das famílias ricas ou pobres, tudo para não pôr em causa a sua honra, ou então crianças com “mães dissolutas e miseráveis que não os queiram criar” <sup>46</sup>.

Ao nível dos melhoramentos tecnológicos, foi colocado, em 1892, no porto da vila, um farolim para iluminar os navegadores que quisessem entrar na baía durante a noite <sup>47</sup>.

No plano dos equipamentos recreativos, surgiu o Club Velense, instalado numa parte do extinto convento de Nossa Senhora do Rosário. Esta sociedade, que foi fundada em 1859 e extinta em 1873, proporcionava aos seus associados jogos, leitura e bailes. O Teatro Velense, construído também nas imediações do convento atrás referido, pela mesma sociedade, foi inaugurado a 2 de Fevereiro de 1865. O edifício tinha 32 camarotes, uma plateia com 100 lugares, 4 cenários e um pano de boca com a vista da vila <sup>48</sup>.

As Velas, no ano de 1871, possuíam maioritariamente “casas telhadas”, embora o número de “casas palhoças” fosse significativo <sup>49</sup>.

Em 1873, por grande vontade dos habitantes da vila, realizaram-se no teatro vários eventos para angariação de verba para a aquisição de candeeiros para a iluminação pública. Em 1929 instalou-se, nas imediações da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a central eléctrica, que iluminou os espaços públicos e privados das Velas <sup>50</sup>.

---

<sup>44</sup> Cf. Albergaria, 2005: 193. Avellar, 1902: 253.

<sup>45</sup> Cf. Avellar, 1902: 276/277.

<sup>46</sup> *Ibidem*: 282/283.

<sup>47</sup> *Ibidem*: 241.

<sup>48</sup> *Ibidem*: 272.

<sup>49</sup> Cf. Maciel, 2010: 58.

<sup>50</sup> Cf. Ávila, 1989: 48. Jornal “O Jorgense”, nº 35 de 15 de Março de 1873. Jornal “O Jorgense”, nº 37 de 15 de Abril de 1873.

No século XX, assistiu-se a algumas modificações nesta vila. Em 1932, ergueu-se no largo da Igreja/Praça Velha uma estátua em homenagem ao grande benemérito, tanto da Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas como da casa de repouso, o senhor João Inácio de Sousa. O mesmo largo foi remodelado em 1963/1964. Em 1933, houve a ampliação do cais e a construção da muralha de defesa. No entanto, a obra do cais ficou deveras mal executada, justificando uma nova intervenção em 1970 <sup>51</sup>.

A nível da construção de habitações, no ano de 1952, construiu-se um bairro de 10 casas, dando-se início à urbanização da zona da actual Rua da Gruta <sup>52</sup>.



**Ilustração 7** - Vila das Velas nos anos 50 do séc. XX (Fotografia cedida pela Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas)

A 15 de Fevereiro de 1964, uma grande crise sísmica devastou as zonas de Rosais e da vila das Velas. Na sequência desta destruição, construiu-se um novo bairro na actual Rua D. Beatriz de Melo; ligaram-se as ruas Cônsul Dr. José Pereira e Miguel Bombarda; construiu-se o novo edifício da Alfândega, da Polícia de Segurança Pública e da Polícia Marítima; também foi erigido o Palácio da Justiça e o Campo de Jogos Municipal das Velas; ergueu-se a Escola Básica e Integrada de Velas e por fim abriu-se

---

<sup>51</sup> Cf. Ávila, 1989: 48/49.

<sup>52</sup> *Ibidem*: 49.

a avenida do Livramento, ligando o centro da vila às construções mais recentes do extremo oeste<sup>53</sup>.

Após a destruição provocada pelo sismo de 1964, a vila modernizou-se, tendo a reconstrução sido feita com a ajuda dos emigrantes açorianos que regressavam dos Estados Unidos da América e Canadá. Assim, a vila perdeu a sua antiga fisionomia, adoptando novas arquitecturas, alargando e consolidando o tecido urbano<sup>54</sup>.

Mais recentemente, no final do século XX, a vila das Velas assistiu à construção do Auditório Municipal e Centro Cultural: um edifício divergente de todos os até então construídos na vila, erguido dentro dos muros da antiga fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

### **1.3.2. Vila da Calheta**

Mais tardio, mas não menos importante, foi o povoamento da Calheta, que se localiza a meio da ilha, também na costa sul. Esta vila nasceu de um pequeno cais, sendo envolta em ladeiras, pastagens e terrenos de cultivo (cereais). Os seus povoadores fixaram-se junto à costa, e desde cedo utilizaram as terras em seu proveito. Nesta altura, a preocupação em arrotear as terras era tão grande que não houve a preocupação em delinear estradas, acontecendo isto apenas no século XVIII<sup>55</sup>.

A Calheta, elevada a vila por D. João III em 1534, apresenta uma delicada estrutura urbana do tipo linear, como já foi referido neste capítulo, evidenciando-se: a concentração dos edifícios; o traçado das duas ruas que convergem no porto, sendo as mesmas atravessadas por três ruas secundárias; os bancos embutidos no muro de protecção da vila e os passeios de calçada à portuguesa, decorados com folhas de inhame. No entanto, a estreiteza do seu sítio (exígua faixa de terra entre mar e montanha) não proporcionou as condições para a existência de grandes espaços públicos. Além do cais, o único largo existente nesta vila é o da Igreja Matriz de Santa Catarina. É formado por uma plataforma elevada, que serve igualmente de suporte à igreja, tendo uma forma irregular. Existe também um alargamento da rua entre a igreja e

---

<sup>53</sup> Cf. Ávila, 1989: 50/52.

<sup>54</sup> Cf. Monterey, 1981: 201.

<sup>55</sup> Cf. Cardoso, 2005: 259/263. Cunha, 1981: 24. Pereira, 1987: 42.

a câmara, desembocando no cais, não se revelando assim espaços públicos significativos<sup>56</sup>.

O porto da vila, construído em 1755 pelo pedreiro José de Avelar, levou três anos até ficar concluído e servia para a importação e exportação de diversos produtos tais como vinhos, gados, lacticínios, madeiras e cereais. Revelou-se assim de grande importância no desenvolvimento do comércio<sup>57</sup>.

A Igreja Matriz da Calheta, como seria de esperar, sempre teve um relevante papel na vida das pessoas, pois estava presente nos momentos mais importantes do seu quotidiano: no nascimento (baptismo), casamento e morte. Esta igreja de carácter barroco não é a original. A primitiva, do século XVI, com orago de Santa Catarina, teria três naves e uma capela do lado norte dedicada a Nossa Senhora dos Remédios. Foi mandada construir por João Águeda, existindo já no ano de 1582. No entanto, a 9 de Julho de 1757, esta vila foi arrasada por um terramoto que destruiu muitos dos edifícios ali existentes, não escapando a igreja, que já tinha sido atingida por um incêndio a 16 de Janeiro de 1639<sup>58</sup>.

Deste terramoto resultou também a destruição dos primitivos paços do concelho, ficando estes serviços instalados numa casa de pequenas dimensões. O novo edifício municipal seria construído entre 1895 e 1900<sup>59</sup>.

No século XIX, a Calheta conheceu a inovação nalguns equipamentos urbanos. Até 1834, os enterramentos eram feitos dentro da própria Igreja Matriz, passando depois a fazer-se num pequeno cemitério junto desta. No entanto, devido à falta de capacidade e higiene, o cemitério foi substituído pelo actual (no caminho para a Fajã Grande), no ano de 1894<sup>60</sup>.

Um pouco antes, em 1883, foi criado na vila um hospício municipal, em substituição da “roda dos expostos”, destinado a acolher as crianças do concelho rejeitadas pela família, que até essa data eram entregues na instituição sediada na vila das Velas<sup>61</sup>.

---

<sup>56</sup> Cf. Avellar, 1902: 321. Fernandes, 2008: 45. Caldas, 2007: 330.

<sup>57</sup> Cf. Cunha, 1981: 30/692/697.

<sup>58</sup> Cf. Dias, 1924: 99/100. Pereira, 1987: 50. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 104. Ribeiro, 1992: 10.

<sup>59</sup> Cf. Avellar, 1901: 321. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 27. Sousa, 2003: 158.

<sup>60</sup> Cf. Avellar, 1901: 324.

<sup>61</sup> Cf. Avellar, 1901: 324. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 27.

A nível de lazer, entretenimento e cultura, a Calheta também viu progressos, no decurso do século XX: foi construído o Jardim Maestro Francisco Lacerda e estabelecidas duas sociedades, a Sociedade Estímulo e o Grémio Calhetense.

A Sociedade Estímulo foi fundada em 1901 e o seu edifício inaugurado no ano seguinte. Aqui, havia espaço para filarmónica, orquestra, bilhar, teatro<sup>62</sup> e gabinete de leitura. O Grémio Calhetense teve a sua inauguração a 4 de Abril de 1914 e tinha teatro, filarmónica e orquestra, sendo igualmente um pólo de atracção cultural<sup>63</sup>. Para além desta panóplia de distrações, ambos os edifícios possuem fachadas marcantes na vila. O da Sociedade Estímulo destaca-se pelas suas cores berrantes e o do Grémio Calhetense pelas suas janelas em arco quebrado (neo-góticas).

Francisco Inácio da Silveira de Sousa Forjaz de Lacerda (1869-1934) foi um ilustre maestro jorgense, que a Calheta entendeu homenagear, colocando o seu nome no jardim municipal construído nos anos 60 do século XX. Este espaço, distribuído por diversos níveis, é singelo mas agradável. Neste jardim podem apreciar-se diversos exemplares de flora ornamental, bem como algumas aves exóticas. Para as crianças, há um pequeno parque infantil onde podem brincar. Ainda neste local, pode encontrar-se uma escultura da autoria de Didier Couto, em homenagem ao dito maestro<sup>64</sup>.

Mais recentemente, na segunda metade do século XX, foram construídos: o chamado “bairro antigo” na vila da Calheta (década de 60), o novo Centro de Saúde e o Parque de Campismo. O espaço onde hoje se encontra o Museu Francisco Lacerda é exemplo da recuperação de duas habitações já existentes, que foram adaptadas para este fim. Houve ainda melhoramentos no cais da vila, mas este, apesar dos esforços, não ficou nas devidas condições. Por isso, já no século XXI (em 2004), o cais foi de novo alvo de aperfeiçoamentos, visando torná-lo capaz de atender às necessidades actuais<sup>65</sup>.

---

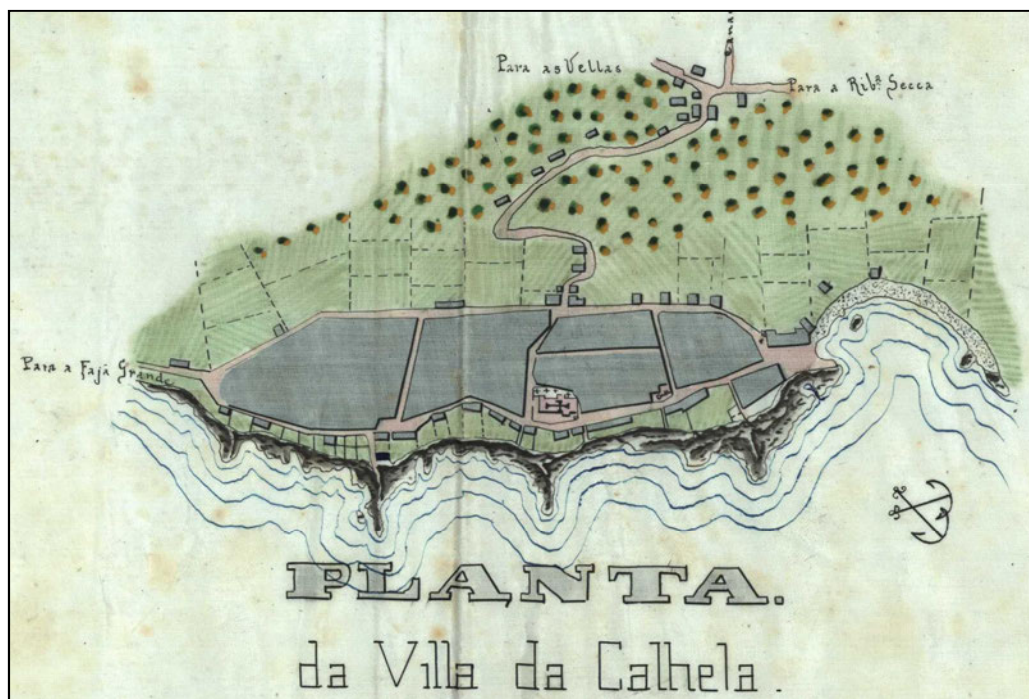
<sup>62</sup> A Casa de Teatro da Sociedade Estímulo foi, no século XX, o maior representante da vida cultural dos calhetenses. (Cf. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 27)

<sup>63</sup> Cf. Cunha, 1981: 31. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 27.

<sup>64</sup> Cf. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 28.

<sup>65</sup> Cf. <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-drultura-msj/> (consultado a 07.03.2013)

A vila da Calheta manteve até aos dias de hoje o seu traçado inicial, tendo-se expandido em direcção à Fajã Grande. É possível ver a evolução no mapa do ano de 1883 e no ortofotomapa de 2005, abaixo apresentados <sup>66</sup>.



**Ilustração 8** - Mapa da vila da Calheta (recorte da *Planta Chorographica da Ilha de San Jorge*, 1883)



**Ilustração 9** - Ortofotomapa da vila da Calheta - ano 2005 (Cedido pelos Serviços de Ambiente da Ilha de São Jorge)

<sup>66</sup> No mapa de 1883 é possível ver a cruz que representa a igreja e a chave que corresponde à câmara municipal.

### 1.3.3. Vila do Topo

O responsável pelo povoamento do Topo foi Guilherme Van der Hagen (Guilherme da Silveira), que se fixou definitivamente neste lugar, onde viria a falecer, depois de também ter estado nas ilhas da Terceira e Flores <sup>67</sup>.

Como se disse, esta localidade foi elevada a vila no ano de 1510, tendo sido o concelho extinto e integrado no da Calheta em 1850 <sup>68</sup>.

O Topo manifesta uma estruturação urbana bastante simples, tendo “uma incipiente estrutura proto-urbana”, com duas ruas paralelas que convergem, de um lado, para o local mais próximo, que é Santo Antão (caracterizado por uma rua com frentes de casas de dois pisos), e do outro, para o pequeno cais (construído em tufo). A diminuta dimensão e a fraca qualidade do porto terão contribuído para a irrelevância deste núcleo habitacional, prevalecendo assim a sua ligação rural <sup>69</sup>.

Depois de a vila do Topo estar povoada, as pessoas começaram a deslocar-se para os locais mais próximos (São Pedro, Santo Antão, Cruzal, São Tomé e Fajã de São João) onde os terrenos eram mais propícios à agricultura <sup>70</sup>.

Como nos descreve Sousa, “A vila do Topo é muito regular e de boa aparência”. Situada na costa leste da ilha, virada para a Terceira, cresceu à volta da sua igreja, consagrada a Nossa Senhora do Rosário <sup>71</sup>.

A primitiva igreja seria dos inícios do século XVI, tendo sido destruída pela grande crise sísmica de 1757. O templo que chegou até aos nossos dias foi concluído em 1761, por José Avelar de Melo, com características barrocas. Tem uma torre sineira e um frontão, que remata a fachada principal, acabando numa cruz. Todas as fachadas são decoradas com elementos em basalto, mais ou menos pormenorizados. O seu interior é composto por três naves com colunas em basalto e altar em talha dourada. O cemitério da vila funcionava perto da matriz <sup>72</sup>.

Junto a este templo, existem outros edifícios religiosos, como é o caso da igreja e antigo convento franciscano de São Diogo. Foi fundado em 1661, devido à generosidade do Padre Diogo de Matos da Silveira, e extinto por volta de 1834 com a supressão das ordens religiosas. Mais recentemente, após a crise sísmica de 1980, foi

---

<sup>67</sup> Cf. Avellar, 1902: 5/7. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 115. Pereira, 1987: 28.

<sup>68</sup> Cf. Avellar, 1902: 342. Dias, 1924: 101.

<sup>69</sup> Cf. Caldas: 2007: 330. Frutuoso, 2005: 90.

<sup>70</sup> Cf. Pereira, 1987: 42.

<sup>71</sup> Cf. Avellar, 1902: 340. Pereira, 1987: 40-42.

<sup>72</sup> Cf. Avellar, 1902: 340/341. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 116. Pereira, 1987: 40/41.

restaurado para instalar a Escola Básica e Integrada do Topo até esta ter o seu novo edifício <sup>73</sup>.

Para defesa da vila do Topo, havia o chamado Forte da Ponta do Topo. Já existia em 1710; no entanto, cerca de 100 anos mais tarde (1801), encontrava-se em ruínas. Tinha várias peças de artilharia, casa da guarda e casa das peças <sup>74</sup>.

Ao contrário do porto da vila das Velas, o do Topo era pequeno e desabrigado dos ventos, estando sempre na necessidade de ser reparado depois dos meses de inverno. O acesso era feito por um caminho difícil. O porto servia para as ligações com as localidades (Velas) da própria ilha e com a ilha Terceira<sup>75</sup>, fazendo escoar produtos alimentares como o vinho e trigo, bem como o transporte de pessoas.<sup>76</sup>

Desde cedo que o município se preocupava com a manutenção das infraestruturas que serviam a comunidade, incluindo-se aqui o porto e o seu caminho de acesso, ruas, fontes e caminhos secundários. Em prova disto, o Topo foi a primeira localidade da ilha a ter um chafariz, em 1864, com as despesas asseguradas pela câmara municipal do extinto concelho. Não há espaços públicos, nesta vila, à excepção do largo que abrange a igreja matriz e a igreja e convento de São Diogo <sup>77</sup>.

Esta zona foi muito afectada pelo sismo do ano de 1757, vitimando várias pessoas e destruindo inúmeras habitações. De acordo com o testemunho de um terceirense, “não se acha uma só casa em pé” da ponta do Topo até à vila da Calheta<sup>78</sup>.



**Ilustração 10** - Mapa da vila do Topo<sup>79</sup> (recorte da *Planta Chorographica da Ilha de San Jorge*, 1883)

<sup>73</sup> Cf. Avellar, 1902: 260/341. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 118. Pereira, 1987: 41.

<sup>74</sup> Cf. Avellar, 1902: 342.

<sup>75</sup> De acordo com Avellar, devido à proximidade e trocas de bens, as pessoas do Topo seguiam os costumes da ilha Terceira. (Cf. Avellar, 1902: 345)

<sup>76</sup> Cf. Avellar, 1902: 340. Meneses, 2008: 308/309. Pereira, 1987: 40-42.

<sup>77</sup> Cf. Avellar, 1902: 341.

<sup>78</sup> *Ibidem*: 341/426/427.



**Ilustração 11** - Ortofotomapa da vila do Topo - ano 2005 (Cedido pelos Serviços de Ambiente da Ilha de São Jorge)

Embora, no início, a vila conhecesse alguma prosperidade, o seu diminuto e desabrigado cais provocou um bloqueio no desenvolvimento. Em consequência disto, o concelho do Topo foi extinto em meados do século XIX e anexado ao da Calheta, na parte judicial em 1856 e administrativamente em 1870. O edifício municipal e a casa das cadeias foram vendidos no mesmo ano. Muitos anos mais tarde, em 2003, o Topo volta a ser vila, mantendo-se, porém, como simples freguesia, não voltando a ser sede do concelho <sup>80</sup>.

Apesar da extinção do concelho, o Topo conheceu algum desenvolvimento. Deu-se seguimento aos planos para a construção de um farol na ponta da dita zona. Desde 1883 que havia esta vontade e, finalmente, em 1927, o farol foi inaugurado, após ter estado dois anos em construção. Tinha anexos para arrumos, habitação para os faroleiros e família, e ainda uma torre circular. Era bastante importante devido à sua localização, por estar na rota dos navios que iam para oeste. Recebeu electricidade em 1957, sendo bastante atingido pela crise sísmica de 1980. Após a destruição, foi reabilitado, funcionando ainda nos dias de hoje com uma estrutura óptica de luz branca <sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> A igreja e ermida estão assinaladas com cruz, no entanto não se observa a chave a representar a casa da câmara. Isto porque no ano em que a planta foi elaborada o concelho do Topo já havia sido extinto.

<sup>80</sup> Cf. Avellar, 1902: 342. Cunha, 2012: 289. Parque Natural de São Jorge - Guia, 2011: 15.

<sup>81</sup> Cf. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 42.

Segundo dados do DREPA (Direcção Regional de Estudos e Planeamento), a partir de década de 80 do século XX o número de habitações do Topo aumentou na consequência das crises sísmicas <sup>82</sup>.

Mais recentemente, no ano de 2008, o cais desta vila sofreu pequenas obras de beneficiação. De momento, também a chamada Casa dos Tiagos está a sofrer obras de recuperação, para mais tarde serem instalados no edifício alguns serviços públicos.

---

<sup>82</sup> Cf. DREPA, 1985: 106.

## 2. CASA RURAL

Até chegarmos às habitações que se vêem a partir do século XVIII, as populações que se fixaram no arquipélago açoriano tiveram um longo caminho a percorrer.

De acordo com Marinho dos Santos, inicialmente, as paredes das habitações jorgenses seriam feitas em estacaria de madeira, que assentava na própria terra ou então em alicerces de pedra, sendo a cobertura bastante inclinada e em palha ou feno. Temos assim a chamada “cafua”, “cafuga” ou “cafugo”. Este tipo de habitação era a morada de gente pobre. Hoje em dia, como seria de esperar, existem em São Jorge raros exemplares; mesmo assim, este tipo de construção sobreviveu durante muitos anos, servindo de abrigo para pastores e pescadores, estando hoje em dia a funcionar como palheiros <sup>83</sup>.



**Ilustração 12** - Cafua localizada na Fajã do Mero (com tecto de cana, construído em 1973 sobre estrutura em pedra já existente)

Em seguida, foi-se impondo a casa em alvenaria de pedra, com ou sem reboco. Estas habitações seriam simples, com paredes construídas com pedras não aparelhadas, colocadas a seco, formando uma estrutura irregular. A pedra na altura utilizada era a que estava disponível no meio envolvente, ou seja, o basalto. O basalto, sendo uma rocha

<sup>83</sup> Cf. Martins, 1996: 51. Santos, 1989: 161.

difícil de trabalhar, por vezes era deixado de lado, sendo utilizado o tufo (pedra amarela com uma menor consistência) que era facilmente encontrado no Morro Grande das Velas<sup>84</sup>. Recorria-se à madeira para paredes divisórias (“frontais”) e estruturas do telhado<sup>85</sup>.

A cobertura, no início do povoamento do arquipélago, era de palha triga ou de colmo. Posteriormente, passou a ser de telha de barro, inicialmente vinda da ilha Graciosa. Mais tarde, com a abertura de uma fábrica de telha no Topo, no final do século XIX, a importação de telha da Graciosa decresceu bastante. Depois da telha de barro, vem a telha de fibrocimento, introduzida nos anos 20/30 do século passado. A de chapa ondulada aparafusada em barrotes, mais resistente às intempéries e sismos, surgiu no seguimento da trágica crise sísmica de 1964, sendo os americanos responsáveis pela introdução deste material. Estas coberturas, embora sejam de diferentes materiais, eram sempre de duas ou quatro águas, primeiramente com pendente acentuado e posteriormente com inclinação suave. Excepção a esta regra, eram as chamadas “barracas” de chapa que eram construções de cobertura curva<sup>86</sup>.

O pavimento da habitação rural era de terra batida. Por vezes, tinha de ser picado e refeito, a nova terra era estendida, pisada e aguada<sup>87</sup>.

De notar que as características referidas ainda hoje podem ser encontradas em algumas casas de fajã/adegas, onde, principalmente nas lojas, existem chãos em terra batida.

O interior de tais habitações era muito simples, possuindo apenas três compartimentos: o quarto de entrada (“meio da casa”), a cozinha e o quarto de cama, sendo os mesmo divididos por frontais de madeira<sup>88</sup>.

As janelas anteriores aos finais do século XVIII não tinham vidros, usando-se apenas portadas de madeira. Posteriormente, apareceu então o vidro, vindo de Inglaterra, usado apenas nas casas mais abastadas. As janelas de guilhotina de três folhas enquadadas numa janela de verga curva estão a desaparecer, tendo sido substituídas pelas de duas folhas numa janela de verga recta. Esta evolução deve-se,

---

<sup>84</sup> Ainda hoje em dia é possível ver cortes no morro, vestígios dos locais de onde eram extraídas as pedras para futuras construções.

<sup>85</sup> Cf. Martins, 1991: XXI-XXIII.

<sup>86</sup> Cf. Jornal “O Informador”, nº 6 de 22 de Junho de 1894. Jornal “O Insulano”, nº 218 de 25 de Fevereiro de 1899 e nº 230 de 24 de Junho de 1899. Fernandes, 1996: 297. Caldas, 2007:336. Relatos de Manuel Maciel e Maria Bettencourt.

<sup>87</sup> Cf. Martins, 1991:XXII/XXIII. Mendonça, 1996: 1961-1962. Pereira, 1987: 34. Santos, 1989: 161.

<sup>88</sup> Cf. Martins, 1983: 28. Mendonça, 1961-1962:38/39.

sobretudo, à constante destruição feita pelos sismos nesta ilha<sup>89</sup>. Actualmente, as janelas de guilhotina de duas ou três folhas são recriadas em alumínio, deixando a madeira de ser o material de eleição.

Elemento bastante importante é o sistema lar-forno que se começou a expandir na ilha de São Jorge tardiamente (por volta do século XIX). Segundo Martins, uma das razões para tal atraso deveu-se à necessidade de secar o milho para que este se conservasse. Outra seria a mudança dos hábitos alimentares, que contribuiu para a difusão deste sistema integrado nas habitações dos diversos meios. Instalado com a boca a abrir directamente para a cozinha, ou então inteiramente construído dentro da habitação, o forno prevaleceu até aos dias de hoje<sup>90</sup>.

O forno estava ligado a um “lar” (lareira) e, por vezes, a uma chaminé. Este sistema, presente nos Açores, Madeira e Canárias, é considerado como original, raro noutras partes do mundo<sup>91</sup>.

Em São Jorge podem distinguir-se vários tipos de forno. Num, o forno está dentro da cozinha mas não existe chaminé, sendo o fumo expelido para dentro da própria habitação, enegrecendo a sua cobertura. Noutro, o forno e a chaminé estão construídos no interior da cozinha. Noutro, o forno está adossado à parede exterior da casa, não existindo chaminé, possuindo a “boca” ligada directamente à cozinha. Por fim, existe o forno saliente e com chaminé<sup>92</sup>, também com a entrada ligada ao espaço da cozinha. Sendo o forno saliente e encostado à parede da casa, havia maior segurança nas habitações cobertas de palha, pois, se o fogo deflagrasse, era mais facilmente controlado. A eficácia do sistema forno/chaminé/lar, adossado à parede exterior, no isolamento e controlo do fogo contribuiu, na opinião de Rui de Sousa Martins, para a divulgação do modelo de casa com cozinha integrada<sup>93</sup>.

---

<sup>89</sup> Cf. Caldas, 2007:336. Giese, 1938: 20. Martins, 1983: 33.

<sup>90</sup> Cf. Martins, 1991: XXIV. Cunha, 2012: 57.

<sup>91</sup> Cf. Fernandes, 1996: 317-319 e bibliografia aí mencionada.

<sup>92</sup> O tipo de forno mais comum na ilha de São Jorge é o exterior saliente mas com chaminé.

<sup>93</sup> Cf. Caldas, 2007:338. Fernandes, 1996: 322. Martins, 1991: XXIV.



**Ilustração 13** - Habitações com forno saliente e chaminé na rua da Gruta, Velas (Coleção privada de José Júlio Rodrigues)

A chaminé, no caso da ilha de São Jorge, adquire formas e tamanhos bastante variados. No entanto, não se pode definir uma tipologia existente apenas nesta ilha, consegue-se apenas dizer que as formas mudam de local para local, havendo semelhanças nos meios rurais, em que encontramos chaminés cilíndricas, forma esta inexistente em meio urbano.



**Ilustração 14** - Chaminé - Casa rural na Fajã do Ouvidor (presente na ficha nº 116 em anexo)



**Ilustração 15** - Chaminé - Casa rural na Fajã Grande (presente na ficha nº 101 em anexo)

A cozinha, para além de ser um dos compartimentos da habitação mais utilizados pelos residentes, é também um elemento definidor da própria estrutura. Assim, surge-nos, por razões de segurança (para evitar o alastramento do fogo), a casa com a cozinha dissociada. Dependendo do local em que a cozinha é implantada, ficando perpendicular aos quartos, a habitação pode adquirir a forma de “T” ou de “L”<sup>94</sup>.

A evolução para a casa de dois pisos deve-se principalmente ao declive dos terrenos. São Jorge possui uma topografia bastante acentuada, não havendo em alguns locais terrenos planos. Assim, surgiu a necessidade de adaptar a construção da habitação ao próprio meio, aproveitando o declive. O piso térreo era destinado à estabulação dos bois e à armazenagem das alfaías agrícolas. Era designado “loja” (ou “meia loja”, quando, devido ao declive, o piso térreo era mais curto que o andar). Por vezes, se a “loja” tivesse dimensões para tal, havia uma atafona. O balcão com escada, por onde se fazia a entrada principal para o andar habitacional, é também uma forma de aproveitamento.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> Cf. Caldas, 2007: 338.

<sup>95</sup> Cf. Caldas, 2007: 338. Martins, 1991:XXIII. Mendonça, 1961-1962:38/39.

O balcão era construído em alvenaria de pedra, por vezes rebocada e pintada, havendo a preocupação de estar virado para o mar, elemento bastante relevante para as gentes açorianas <sup>96</sup>.

Tal como sucedia em muitos pontos do País, as instalações sanitárias das habitações jorgenses, na primeira metade do século XX, ainda eram na rua/quintal (na maioria das vezes junto ao curral do porco), totalmente separadas das casas e tinham o nome de “retretes” ou “casinhas”, sendo feitas de pedra e madeira. No seu interior, havia um banco, em madeira, com um buraco onde as pessoas se sentavam. Naquele tempo, encontravam-se por vezes retretes com dois buracos, um maior para os adultos e outro mais pequeno para as crianças. De noite, para as pessoas não se deslocarem à rua, usava-se um “bacio” ou “penico”, que era guardado debaixo da cama. Nas casas mais abastadas, as pessoas possuíam uma mesinha de cabeceira, que tinha um compartimento próprio para guardar o penico. Os “banhos gerais” aconteciam ao sábado à noite (para as pessoas estarem limpas para a missa de domingo) e eram numa selha de madeira ou numa banheira de zinco/alumínio <sup>97</sup>.



**Ilustração 16** - Interior de uma retrete, Toledo – Freguesia de Santo Amaro

---

<sup>96</sup> Cf. Ataíde, 2011: 144.

<sup>97</sup> Cf. Cunha, 2012: 57. Relatos de Mark Marques.

Outro elemento igualmente importante é a cisterna (depósito para a água das chuvas), que está muitas vezes anexa à própria habitação ou muito próxima desta.

No ambiente rural da ilha de São Jorge definem-se três grandes tipos de casas rurais: elementares, de planta complexa e de influência erudita. As primeiras podem ter cozinha dissociada<sup>98</sup>, perpendicular ao volume dos quartos — e são estas as mais comuns, existentes em quase todas as freguesias da ilha —, mas noutros casos — especialmente nas zonas de povoamento em cordão — são lineares, apresentando-se na perpendicular à via pública. Entre as casas de planta complexa, encontramos moradias: com cozinha alteada formando um “L” e com balcão; “casas de vila” com lojas térreas<sup>99</sup>; outras com empena/fachada<sup>100</sup> e ainda de expressão urbana, com varanda corrida<sup>101</sup>. Por fim, entre as casas de influência erudita contam-se as do modelo “chalet” e as casas com faixas e pilastras salientes<sup>102</sup> ou finas<sup>103</sup>, com varanda corrida nas casas urbanas<sup>104</sup>.

Como acontece nas outras ilhas do arquipélago, aparecem, tanto em meio rural como em meio urbano, as *casas nobres*, que, ao contrário da habitação camponesa, onde a necessidade de economizar espaço era evidente, se estendiam por uma grande área.

Em São Jorge, como noutras ilhas dos Açores, o termo “solar” é muitas vezes utilizado como sinónimo de “casa nobre”. Assim, surge a necessidade, de, antes de falar sobre o tema, fazer uma explicação sintética sobre estes termos, justificando a nossa opção.

O termo “solar” está etimologicamente associado ao solo (terra) aparece, desde a Idade Média, referido a uma condição de nobreza, neste caso de *fidalgo de solar*, aquele que provém de uma nobre e antiga família com origem num solar conhecido. Em Portugal Continental, incluíam-se na categoria de solares aquelas casas que, nem sempre de grandes proporções, ostentavam brasão de armas. Já nos Açores, as casas nobres, antes do final do século XVIII, raramente possuem símbolos heráldicos na fachada. O próprio termo “solar” só é vulgarizado no arquipélago no século XIX, dando-se esta denominação a uma grande e aparatosa casa, reconhecida pela sociedade

---

<sup>98</sup> Designa-se por “cozinha alteada” quando a cobertura deste compartimento é mais alta que a cobertura da restante habitação.

<sup>99</sup> Presente na ficha de inventário nº 51 no anexo desta dissertação.

<sup>100</sup> Presente na ficha de inventário nº 107 no anexo desta dissertação.

<sup>101</sup> Presente na ficha de inventário nº 110 no anexo desta dissertação.

<sup>102</sup> Presente na ficha de inventário nº 15 no anexo desta dissertação.

<sup>103</sup> Presente na ficha de inventário nº 105 no anexo desta dissertação.

<sup>104</sup> Cf. Caldas, 2007: 341-345. Exemplos dos vários tipos de habitação assinalados anteriormente estão presentes no anexo deste trabalho com a respectiva descrição e fotografia.

como sendo pertença de uma família ou linhagem antiga, onde existe, por vezes, a presença de capela, mesmo que não ostente brasão de armas <sup>105</sup>.

A expressão “casa” é de grande ambiguidade, pois tanto pode ser utilizada para designar uma linhagem, como um conjunto de bens, ou o espaço habitacional de uma família, ou até cada um dos compartimentos deste <sup>106</sup>.

No contexto do final do Antigo Regime, a casa nobre suporta materialmente o capital simbólico da família, garantindo a manutenção do *status* do grupo familiar, surgindo assim associada a uma linhagem nobre. Mas o termo assume outra dimensão, a da qualidade material que a distingue da construção corrente <sup>107</sup>.

Em meio rural, surgem as chamadas “quintas”, que, além das componentes agrárias, albergam uma moradia de dimensões consideráveis, vários anexos, pomares e uma grande extensão de terrenos de cultivo. Pertencentes a gente abastada — membros da nobreza e comerciantes abastados — a qualidade arquitectónica e o programa decorativo dos seus edifícios são símbolo de riqueza e distinção <sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> Cf. Albergaria, 2012: 37/39-41.

<sup>106</sup> Cf. Albergaria, 2012:41. Conde, 2011: 211.

<sup>107</sup> Cf. Albergaria, 2012: 42-43.

<sup>108</sup> *Ibidem*: 46-48

### 3. ARQUITECTURA CIVIL URBANA

Ao analisar os vários tipos de casa distribuídos pelos diferentes arquipélagos da Macaronésia, José Manuel Fernandes evidencia um tipo de “casa insular da Macaronésia”, presente tanto em meio rural como em meio urbano, cujas características principais, comuns aos arquipélagos, são o tipo de cobertura e particularmente o sistema forno/lar/chaminé. A presença do forno a lenha é indispensável, tanto em meio rural como urbano. A sustentação da habitação é feita por meio do aparelhamento de pedra basáltica, onde assenta geralmente um telhado com quatro águas com telha de meia cana tradicional. A necessidade de responder às condições derivadas de um vulcanismo activo e de constantes crises sísmicas impôs que as construções fossem baixas e maciças<sup>109</sup>.

A casa urbana insular, a qual se insere no padrão da “casa meridional” mediterrânica, tem habitualmente as paredes largas em alvenaria de pedra basáltica ou de tufo amarelo, as fachadas caiadas, os cunhais, as molduras dos vãos e as cornijas em pedra aparente ou pintados. Quanto aos vãos, apresentam diferentes formas, sendo alguns curvos, outros rectos e outros ainda, os menos comuns, em arco quebrado<sup>110</sup>.

A cobertura das habitações urbanas jorgenses é de duas ou quatro águas, à semelhança das construídas no meio rural, com telha de barro de meia cana tradicional. As coberturas das casas das vilas são habitualmente rematadas com beirais simples ou duplos, dando um ar mais sofisticado ao edifício<sup>111</sup>.

Sobre a cobertura, é algumas vezes inserida outra estrutura, a “torre”. Esta construção, que será abordada de uma forma mais pormenorizada adiante, tem a função primordial de iluminar o espaço mais alto da habitação<sup>112</sup>.

Os açorianos encontraram nas molduras dos vãos uma forma de se expressarem. Ao observar estes elementos construtivos, podem estabelecer-se relações com os diversos estilos arquitectónicos eruditos sucessivamente adoptados. Assim, encontramos um ordenamento dos vãos de “feição classizante”, marcado pela regularidade e equilíbrio. Elementos construtivos fundamentais dessa arquitectura são as chamadas “fachas”, que correspondem a faixas em basalto, que, por meio de aventais do mesmo material, formam uma ligação entre os diversos pisos do edifício, definindo-se assim,

---

<sup>109</sup> Cf. Fernandes, 1996: 237/238/253/297.

<sup>110</sup> Cf. Fernandes, 1996: 239.

<sup>111</sup> *Ibidem*: 241/242.

<sup>112</sup> *Ibidem*: 244.

uma continuidade vertical “vão-pilar”. Exemplo marcante deste tipo de decoração é a Câmara Municipal de Velas, que apresenta largas faixas verticais em basalto negro <sup>113</sup>.

Nalgumas das ilhas do Grupo Central açoriano, ergueu-se, na segunda metade do século XVIII, um conjunto de moradias de feição “mais erudita”, com uma característica particular, as esbeltas faixas verticais, unindo os vãos dos vários pisos, que apresentam lintéis curvos. O exemplo jorgense mais representativo desta arquitectura é o “Solar” dos Cunha da Silveira, na vila das Velas, que, para além destas faixas, possui uma varanda que contorna a esquina <sup>114</sup>.



**Ilustração 17** – “Solar” Cunha da Silveira, vila das Velas

O óculo pode encontrar-se nalgumas fachadas das habitações, surgindo de uma forma autónoma em relação aos vários “estilos” de arquitectura. É também uma forma de entrada de luz, visando sobretudo iluminar as escadas, adoptando diversas formas e tamanhos, de que existem poucos exemplos na ilha de São Jorge <sup>115</sup>.

Se o uso da pedra é predominante nas construções açorianas, igualmente em São Jorge, a madeira desempenha também um papel de relevo, designadamente no travejamento e armação da cobertura, na estruturação das “torres”, no assoalhamento e no preenchimento dos vãos, na instalação de varandas “corridas” (habitações das fichas

<sup>113</sup> *Ibidem*: 247/249-252.

<sup>114</sup> Cf. Fernandes, 1996: 258-262.

<sup>115</sup> *Ibidem*: 262. Na ficha nº 118 em anexo existe o exemplo de uma habitação com óculo.

de inventário nº6 e nº22, por exemplo), e como elemento decorativo (caso do “bargedboard”)<sup>116</sup>.

O sistema lar/forno, estrutura comum às casas urbanas e rurais, é de extrema importância, por ser um elemento fulcral na preparação da alimentação jorgense. Este elemento, em articulação com as tipologias, assume um papel decisivo na estruturação da habitação urbana, apresentando-se sempre nas traseiras<sup>117</sup>.

### 3.1. PAÇOS CONCELHIOS

As Câmaras Municipais desempenham desde cedo um papel de extrema importância, pois são estas que administram a sociedade civil em que vivemos. A existência de um órgão deste género em determinado local só mostra que há um indício de desenvolvimento<sup>118</sup>.

Os Paços Concelhios ou “casa da câmara” são, na ilha de São Jorge, edifícios com alguma imponência, sendo o das Velas exemplo de uma arquitectura de grande qualidade. Os três edifícios municipais desta ilha asseguravam também o funcionamento da cadeia, havendo por vezes a distinção entre a parte para as mulheres e a para os homens<sup>119</sup>.

Para além de serem de grande utilidade a nível administrativo, estes edifícios são também exemplos de uma arquitectura erudita, tal como as casas nobres, tema abordado posteriormente.

---

<sup>116</sup> Cf. Fernandes, 1996: 265/268.

<sup>117</sup> *Ibidem*: 268.

<sup>118</sup> Cf. Meneses, 2008: 75.

<sup>119</sup> Cf. Fernandes & Janeiro, 2009: 17-19.

### 3.1.1. Paços do Concelho da Vila das Velas



**Ilustração 18** - Câmara Municipal de Velas

É na vila das Velas que mais se evidenciam características urbanas, tanto no traçado das suas ruas como no das casas. Um edifício que contribui para este ar de cidade é o da Câmara Municipal da vila. Localiza-se no centro do tecido urbano, estando a sua fachada principal virada para o Jardim da República, antiga praça municipal. Esta praça foi destruída em 1870, para a futura construção da estrada real da época<sup>120</sup>.

Os paços do município foram classificados como Imóvel de Interesse Público (IIP) pela Resolução nº 64/84 de 30 de Abril, publicada no Jornal Oficial.

A casa da câmara existe desde cedo (pelo menos desde 1559, ano do primeiro livro de vereações que chegou até aos dias de hoje), embora inicialmente fosse de pequenas dimensões, coberta de telha. O actual edifício é da primeira metade do século

---

<sup>120</sup> Cf. Avellar, 1902: 252. Caldas, 2007: 352.

XVIII (foi construído entre 1719 e 1744) e teve como arquitecto Manuel d’Avelar <sup>121</sup>. É uma bela edificação, de sólida construção, nobre e elegante, exemplo de uma arquitectura “barroca – açórica” setecentista. Para José Manuel Fernandes, os Paços do Concelho de Velas “são o melhor exemplo açoriano de edifício municipal desta época e estilo” (“barroco açórico”), a par dos da Praia da Vitória e Ribeira Grande. A entrada principal é feita por um grande portão, em madeira de pinho, ladeado por duas colunas torsas em alto-relevo<sup>122</sup>, encimada pelas armas reais gravadas em basalto fino. Ainda, exteriormente, a Câmara possui um rodapé em basalto que assenta num friso e faixas horizontais do mesmo material, que fazem a ligação entre os dois pisos do edifício. O seu interior tinha várias divisões, tais como: tribunal, gabinete para juiz e delegado, sala de sessões, cadeia (para homens e mulheres) e ainda um anfiteatro para os espectadores dos julgamentos. Hoje em dia, ainda é possível ver as grades da cadeia destinada às mulheres, situada no lado direito do edifício, enquanto que a dos homens ficava do lado norte. Na direcção oposta, onde existem agora portas que antes eram janelas, situava-se o “celeiro dos grãos” do município <sup>123</sup>.

Pedroso salienta a beleza da sala nobre deste edifício, que anteriormente servia de sala de audiências, e que possui um esplêndido tecto feito em mogno e cedro <sup>124</sup>.

Os Paços do Concelho possuíam também uma torre com relógio que se assemelhava à de uma igreja, visível no desenho apresentado em seguida (ilustração nº 19) <sup>125</sup>.

---

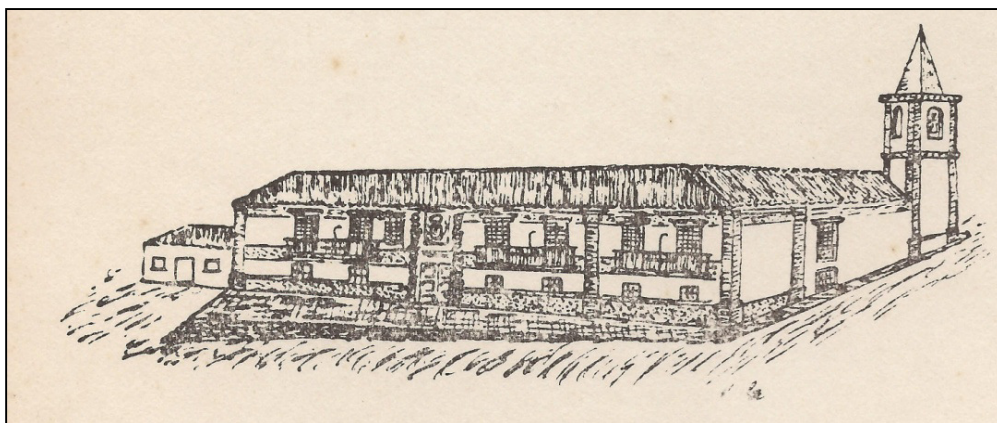
<sup>121</sup> Manuel d’Avelar era membro de uma família conhecida, que durante séculos foi responsável pela construção dos mais belos edifícios da Ilha de São Jorge (Cf. São Jorge – *Guia do Património Cultural*, 2003: 21).

<sup>122</sup> Estas colunas têm influências do estilo barroco (Martins, 1983: 32).

<sup>123</sup> Cf. Avellar, 1902: 237/250/251. Ávila, 1986: 14/18/20/26. Fernandes, 2009: 81. Pedroso, 2007: 38. Pereira, 1984: 14. São Jorge – *Guia do Património Cultural*, 2003: 21/22.

<sup>124</sup> Cf. Pedroso, 2007: 38/40.

<sup>125</sup> Cf. Avellar, 1902: 251. Ávila, 1986: 27/32.



**Ilustração 19** - Paço Municipal das Velas em 1744 - reconstituição (imagem retirada de “O Paço Municipal das Velas”<sup>126</sup>)

Este edifício foi mais tarde enriquecido por outra torre com relógio e sino, que dava para a chamada Rua Direita e Jardim da República, construída em madeira e tufo no ano de 1883. No entanto, por decisão da própria câmara, o sino deixou de tocar em 1884 e a torre que o suportava foi retirada em 1936 <sup>127</sup>.



**Ilustração 20** – O Paço Municipal ainda com a torre em madeira e tufo

<sup>126</sup> A publicação “O Paço Municipal das Velas”, de João Gabriel Ávila, dá-nos importantíssimos dados sobre o edifício municipal, fruto de uma investigação bastante trabalhosa.

<sup>127</sup> Cf. Avellar, 1902: 251. Ávila, 1986: 31/45. Pedroso, 2007: 45.

No final de Oitocentos (1891-1894), a câmara adquiriu duas casas a sul do edifício, de forma a este ser ampliado e albergar as secretarias <sup>128</sup>.

A câmara foi alvo de novas obras de ampliação e restauro, iniciadas em 1957, que se estenderam por largos anos. Já nos princípios do século XXI a cobertura em telha Marselha foi substituída pela de aba e canudo <sup>129</sup>.

### 3.1.2. Paços do Concelho da Vila da Calheta



**Ilustração 21** - Câmara Municipal da Vila da Calheta

O primitivo paço do concelho da Calheta foi arruinado pelo terramoto de 1757, que destruiu a maioria das infraestruturas da vila <sup>130</sup>.

No ano de 1860, as sessões da câmara eram realizadas numa casa alugada, pois a sede do município estava em ruínas <sup>131</sup>.

---

<sup>128</sup> Cf. Avellar, 1902: 251.

<sup>129</sup> Cf. Ávila, 1986: 43/46.

<sup>130</sup> Cf. Cunha, 1981: 897. Sousa, 2003: 158.

<sup>131</sup> Cf. Cunha, 1981: 897.

As cadeias do concelho foram construídas entre 1871 e 1873, num terreno adquirido para o efeito. O respectivo espaço corresponde ao lado esquerdo do piso térreo do actual edifício municipal <sup>132</sup>.

Passados mais de cem anos sobre o terramoto, a vila da Calheta continuava sem edifício municipal. João Duarte de Sousa refere que o edifício, cuja construção foi concluída no final do século XIX, era simples mas elegante e espaçosa <sup>133</sup>.

As armas da câmara eram compostas por uma cruz de Cristo, dois açores, um de cada lado da cruz voltados para esta. À volta destes três elementos existia um sinete circular com a legenda da câmara. De notar que estas armas mudaram quase por completo, sendo actualmente compostas por duas folhas de inhame, dois pequenos escudos com cruz vermelha no centro, um açor, uma montanha e duas faixas verdes em baixo, mantendo-se o sinete com legenda <sup>134</sup>.

---

<sup>132</sup> Cf. Cunha, 1981: 906/928/930/932-935/943. Noronha, 2008: 19.

<sup>133</sup> Cf. Cunha, 1981: 897. Sousa, 2003: 158. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 27.

<sup>134</sup> Cf. Sousa, 2003: 160.

### 3.1.3. Os antigos Paços do Concelho da Vila do Topo



**Ilustração 22** – Antigos Paços do Concelho da Vila do Topo (ao lado a cadeia)

O Município do Topo foi criado em 1510, existindo registos dos tabeliães da mesma desde 1560. Esta vila contava com julgado ordinário, tabeliães, escrivães e ouvidoria eclesiástica, ou seja, tinha os mesmos órgãos que as outras câmaras até à extinção do município no ano de 1855 <sup>135</sup>.

Este órgão governativo local tinha como máxima preocupação a subsistência alimentar da população do Topo, tendo em atenção constante os preços e a comercialização de cereais, dentro e fora da ilha de São Jorge. Era essencialmente o milho que supria a falta de outros alimentos, servindo este para a feitura do pão <sup>136</sup>.

Extinto o município, a vila foi integrada no concelho da Calheta e, no ano de 1878, a ouvidoria eclesiástica foi igualmente anexada à da Calheta. A casa da câmara foi vendida, bem como a casa da cadeia, anexa àquela, por volta de 1870 <sup>137</sup>.

Hoje em dia, os antigos Paços do Concelho e o edifício da cadeia servem de habitação, tendo sido reconstruídos, e muito alterados, após o sismo de 1980. Assim, desapareceram os antigos paços sem que deles se conheça qualquer registo fotográfico.

<sup>135</sup> Cf. Avellar, 1902: 340/342/343. Dias, 1924: 101.

<sup>136</sup> Cf. Barcelos, 2011: 645/655.

<sup>137</sup> Cf. Avellar, 1902: 342.

Do mesmo modo, qualquer vestígio do que possa ter existido no interior da câmara e cadeia ficou esquecido para sempre.

### 3.2. CASAS NOBRES

Como atrás se disse, em meio urbano, encontramos também casas nobres, geralmente baixas e atarracadas, construídas em alvenaria de pedra rebocada e pintada/caiada, possuindo molduras em basalto à volta dos vãos. Para além destes emolduramentos, também se encontram outros tipos de decoração, do mesmo material, como é o caso dos cunhais, consolas de varanda, beirais, faixas, rodapés e cornijas <sup>138</sup>.

Na vila das Velas, encontram-se três exemplos deste tipo de edifício, usualmente chamados “solares”: o dos Cunha da Silveira, o da Viscondessa de São Mateus e o da Família Forjaz Lacerda de Carvalho. O exemplar mais relevante é o primeiro, que possui fachada em duas frentes, sendo ininterruptamente acompanhada por uma longa varanda de ferro forjado, que, em conjunto com as faixas de pedra verticais que enquadram os vãos, encimados por lintéis curvos, modularmente repetidos, manifestam um sentido de continuidade. Estes vários edifícios, como não poderia deixar de ser, estão ornamentados simplesmente com elementos em basalto negro, que os distinguem das demais construções <sup>139</sup>.

---

<sup>138</sup> Cf. Fernandes, 2008: 90/92.

<sup>139</sup> Cf. Caldas, 2007: 352/353.



**Ilustração 23** – “Solar” da Viscondessa de São Mateus, vila das Velas



**Ilustração 24** – “Solar” da Família Forjaz Lacerda Carvalho, vila das Velas

Na vila do Topo, encontramos a Casa dos Tiagos, classificada como Imóvel de Interesse Público pela Resolução nº 7/1999 de 11 de Fevereiro, por se tratar de um exemplo importante de arquitectura civil barroca do século XVIII. Este edifício tinha ainda capela e quinta e encontrava-se em ruína, estando no momento a ser reabilitado, como já foi dito em capítulo anterior <sup>140</sup>.



**Ilustração 25** - Casa dos Tiagos, vila do Topo, durante a reabilitação

### 3.3. CASAS TORREADAS

As “torres” e outros volumes de distinta designação, construídos sobre o corpo principal das casas serviam para iluminar o interior do sótão, utilizando, exteriormente, desenhos ecléticos que transmitiam um sentimento nostálgico do final de oitocentos. Estes espaços tornavam-se, devido à luminosidade, amplos e habitáveis, proporcionando uma sensação de liberdade ao morador, por poder avistar elementos que normalmente não eram visíveis através de uma janela numa casa atarracada<sup>141</sup>.

---

<sup>140</sup> Cf. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 29. Resolução nº 7/1999 de 11 de Fevereiro.

<sup>141</sup> Cf. Caldas, 2007: 350/351. Fernandes, 1996: 244.

Paulo Gouveia propõe uma classificação tipológica destes volumes, distinguindo, no que importa ao ambiente urbano jorgense:

- a “casa sobre casa”, que constitui um “acrescento” à habitação, feito em madeira com cobertura de duas águas, com orientação diferente da casa principal;
- as “águas furtadas”, construídas em madeira com cobertura de duas águas, de pequena dimensão, recuadas ou no seguimento da fachada principal <sup>142</sup>.

Para este autor, as águas furtadas (que, no Grupo Central, são chamadas “torres”, numas ilhas, e “torrinhas”, noutras) são elementos arquitectónicos que caracterizam a paisagem urbana das ilhas do Faial e do Pico (Arquitectura Baleeira<sup>143</sup>)<sup>144</sup>.

As torres são construídas em madeira ou parcialmente em madeira e pedra e decoram a casa no seu nível superior <sup>145</sup>.

Nesta dissertação, adoptamos a denominação de “torre” (designação utilizada na ilha de São Jorge) para os volumes encontrados sobre as habitações, independentemente do material de construção. Além das torres, consideram-se também alguns, poucos, exemplos de “gateiras”.

Na vila da Calheta, junto ao porto, existe um conjunto de três casas de dois pisos, cada qual com a sua torre. Estas estruturas originalmente eram em madeira, revestidas na parede lateral a tábua, com cobertura de duas águas em telha de meia cana tradicional ou telha Marselha. As torres possuem também vãos de sacada ou de peito, tendo o emolduramento em arco quebrado ou trilobulado. Com o correr dos tempos, estes elementos sofreram alterações, tendo sido introduzidos materiais diferentes. Apesar das fachadas principais destas habitações estarem viradas para o arruamento principal, ou seja, “de costas” para o mar, as suas torres têm visibilidade para ambos os lados, podendo os residentes avistar também o mar e as ilhas do Pico e do Faial. Há que notar que, apesar da presença destes elementos, introduzidos em época recente, as

---

<sup>142</sup> Cf. Gouveia: 36/39/69/70/72/73.

<sup>143</sup> A chamada Arquitectura Baleeira foi trazida pelos nossos emigrantes, que indo nas embarcações americanas para a caça à baleia, quando tornavam às suas origens, imitavam o que viam por lá e adaptavam as suas formas nas ilhas do Faial e Pico, principalmente. A característica que mais se notou foi a substituição da pedra pela madeira, que muitas vezes provinha do naufrágio de barcos. Em termos de decoração, as torres eram pintadas com cores diferentes em relação à restante habitação, sendo ornamentadas com diversos motivos; “bargeboard” (friso de madeira recortada parecendo uma renda), pingentes, colunas, balaustradas em madeira, frisos, etc. (Cf. Gouveia: 36. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 35/36)

<sup>144</sup> Cf. Gouveia: 73-75.

<sup>145</sup> Cf. Caldas, 2007: 348/350/351/402.

habitações em questão possuem igualmente o tradicional sistema forno/chaminé, sendo de relevar, porventura exagerada, dimensão desta estrutura <sup>146</sup>.



**Ilustração 26** - Conjunto de três casas (frente), vila da Calheta



**Ilustração 27** - Conjunto de três casas (traseiras), vila da Calheta

<sup>146</sup> Cf. Caldas, 2007: 350. Fernandes, 2008: 81. Fernandes & Janeiro, 2009: 31.

### 3.4. NOVAS SOLUÇÕES, ASSUNÇÃO DA MODERNIDADE

Para compreendermos as novas soluções encontradas a partir do século XIX, temos de recuar um pouco na história. Durante muitos séculos, as construções eram feitas a partir dos materiais existentes no local; nos Açores, o utilizado era o basalto, o tufo amarelo e o barro, além da madeira. Com o evoluir dos tempos, houve o aperfeiçoamento das técnicas, a descoberta de novos materiais, ou a redescoberta de novas formas e funções para materiais já conhecidos. Assim, por exemplo, o ferro, que antigamente era utilizado apenas para tirantes, redes de sustentação ou correntes, hoje é usado em praticamente todas as partes de um edifício, dos alicerces até ao tecto, desde que seja utilizado o betão armado. E o vidro, em conjugação com o ferro, forma belíssimas claraboias translúcidas <sup>147</sup>.

No ambiente urbano das vilas das Velas e Calheta surgem-nos algumas manifestações de modernidade, quer em habitações, quer em edifícios de uso colectivo, como é o caso da Sede da Sociedade Estímulo, na vila da Calheta. Essas tendências exprimem-se geralmente num quadro de compromisso e de eclectismo, traduzindo-se sobretudo no geometrismo e na conjugação dos elementos decorativos das fachadas <sup>148</sup>.

Na vila das Velas, podem referir-se alguns exemplos de arquitectura doméstica das primeiras décadas do século XX, onde é perceptível alguma inspiração em temas de *Arte Nova*: <sup>149</sup>

---

<sup>147</sup> Cf. Benevolo, 2004: 11/12/46/56.

<sup>148</sup> Cf. Caldas, 2007: 351. Fernandes & Janeiro, 2009: 113/139.

<sup>149</sup> Cf. Caldas, 2007: 351. Fernandes & Janeiro, 2009: 59.

- a habitação abaixo (ficha de inventário nº 3) possui uma torre em madeira, com vão trilobulado e janelas geminadas no primeiro andar; a complementar a decoração, estão duas varandas e varandins em ferro forjado;



**Ilustração 28** - Casa na vila das Velas

- esta habitação (ficha de inventário nº 8), tem uma torre de grande volumetria, que ocupa a quase totalidade da fachada principal; aqui também existe um vão duplo que é rematado superiormente por um arco redondo;



**Ilustração 29** - Casa na vila das Velas

- este exemplar (ficha de inventário nº 17), que exibe a data de remodelação de 1934, possui uma platibanda bastante trabalhada e um pequeno frontão curvo a rematar a fachada principal; tal como a habitação anterior, possui um vão duplo com moldura curva;



**Ilustração 30** - Casa na vila das Velas

- a habitação abaixo (ficha de inventário nº 4), revestida a azulejos<sup>150</sup> em tons de azul, possui uma torre com cobertura de duas águas e vão trilobulado<sup>151</sup>.



**Ilustração 31** - Casa revestida a azulejos, vila das Velas



**Ilustração 32** - Casa revestida a azulejos (pormenor), vila das Velas

<sup>150</sup> O azulejo é pouco comum no interior das habitações, sendo usado apenas nos espaços nobres da casa (sala de jantar e por vezes ermida). Então pode dizer-se que esta característica é recente e também pouco comum. Um azulejo vem amenizar as decorações rudes (no caso do Arquipélago dos Açores, o rude seria o rígido basalto negro) dando uma beleza simplificada à habitação. O azulejo, para além de ser criativo, é um elemento decorativo duradouro. (Cf. Ataíde, 1976: 147-149. Sampaio e Botelho, 2000: 104.)

<sup>151</sup> Cf. Caldas, 2007: 351. Fernandes & Janeiro, 2009: 59.

Foram muito poucas as infraestruturas erguidas na ilha ao longo dos três primeiros quartéis do século XX; entre estas, deve destacar-se, pela sua modernidade, uma obra destinada a garantir uma eficaz sinalização da costa: o farol da Ponta dos Rosais, concelho de Velas, construído em betão armado, de grandes dimensões. Começou a funcionar no ano de 1958, sendo considerado um dos melhores do país; todavia, seria muito afectado pela crise sísmica de 1980, tendo sido abandonado na altura, permanecendo assim até aos dias de hoje. A torre do farol exprime um desenho modernista, fazendo parte de uma fase moderna de estruturas faroleiras. Possui em volta instalações térreas, em forma de “U”, evidenciando uma arquitectura de qualidade, que englobava aposentos para os faroleiros, cisterna, forno e arrumos. Apesar de o farol estar bastante debilitado, ainda funciona hoje em dia um sistema de iluminação, importante para a navegação <sup>152</sup>.

No último quarto do século XX, afirmou-se por todo o arquipélago a tendência para o surgimento de novos espaços e estruturas arquitectónicas, de expressão contemporânea. Na ilha de São Jorge, realizaram-se também obras de vulto, sobretudo no domínio das estruturas de transporte e na saúde. Na Calheta, foi construído nos anos 80 um Centro de Saúde moderno, desenhado pelo arquitecto José Luís Zúquete. Nas Velas, ergueu-se o edifício da lota do peixe, da autoria de João Maia Macedo, em 1990<sup>153</sup>. Na construção dos novos espaços, a qualidade arquitectónica foi, por vezes, descuidada, assim como a necessidade de articulação do edifício contemporâneo com a malha urbana existente. Disso é um exemplo paradigmático o Auditório Municipal e Centro Cultural das Velas, também dos anos 90. O edifício, de fraca qualidade arquitectónica, foi implantado num lugar proeminente, sobre um imóvel de valor patrimonial (fortaleza) e a sua escala está em manifesto desacordo com a envolvente <sup>154</sup>.

---

<sup>152</sup> Cf. Fernandes & Janeiro, 2009: 59/112.

<sup>153</sup> *Ibidem*: 112.

<sup>154</sup> Cf. Fernandes & Janeiro, 2009: 112. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 24.



**Ilustração 33** - Auditório Municipal e Centro Cultural das Velas

#### 4. ARQUITECTURA ERUDITA EM MEIO RURAL

A arquitectura doméstica com influência ou expressão erudita possui uma grande tradição insular que se manifesta quer nas casas nobres urbanas, quer nas quintas e casas nobres rurais <sup>155</sup>.

As casas de quinta e as casas nobres jorgenses mantêm quase sempre os modelos estruturais das modestas casas rurais, transpondo-os para uma escala mais alargada. Há elementos, como a cozinha e o forno com chaminé, que sempre permanecem. O modelo da casa rural com cozinha perpendicular é ampliado, ou seja, a essência da ruralidade permanece, aumentando apenas o volume da construção <sup>156</sup>.

As casas nobres que encontramos remontam ao século XVIII, e ergueram-se talvez por imitação do que era visto nos meios urbanos, num propósito de afirmação de linhagens enriquecidas com a vinicultura, primeiro, com o cultivo da laranja, depois. As casas nobres, geralmente têm capela ou ermida anexa e, nas traseiras, casa de arrumos para as alfaias agrícolas e a lenha para o forno. Para além de serem factores influenciadores na construção das quintas, o comércio da laranja e do vinho trouxe uma melhoria na economia de São Jorge que beneficiou, sobretudo, as zonas de baixa altitude, destacando-se a Queimada, a Urzelina, as Manadas e a Ribeira Seca <sup>157</sup>.

Assim, na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta, é possível ver na mesma rua dois “solares”, o dos Noronha e o de Santo António, construídos no final do século XVIII e no início do XIX.

---

<sup>155</sup> Cf. Fernandes & Janeiro, 2009: 21.

<sup>156</sup> Cf. Caldas, 2007: 348.

<sup>157</sup> Cf. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 30-32. Martins, 1983: 31/32.

O “Solar” dos Noronha foi mandado construir após o terramoto de 1757 pelo sargento-mor António Silveira e Ávila, sendo um bom exemplo da arquitectura doméstica insular setecentista. Para além de ser protegido por altos e largos muros, possui também uma ermida anexa com invocação de Nossa Senhora dos Milagres, com uma expressão tendencialmente barroca. Esta ermida tem altar em talha dourada, sacristia, coro, púlpito, tribuna e quatro câmaras que contêm os restos mortais de pessoas da família, incluindo o já mencionado sargento-mor <sup>158</sup>.



**Ilustração 34** – “Solar” dos Noronha, Ribeira Seca



**Ilustração 35** - Ermida de Nossa Senhora dos Milagres (anexo ao “Solar” dos Noronha)

<sup>158</sup> Cf. Panfleto gentilmente cedido pelo Dr. Orlando Noronha.

O “Solar” de Santo António, datado de 1822, não possui a extravagância do apresentado anteriormente, mas não deixa de transmitir a riqueza da época. A construção da ermida anexa, em louvor de Santo António, foi ordenada pelo capitão António Dias da Cunha, com instruções para ser erigida noutra local. Porém, tendo o capitão falecido a 6 de Abril de 1809, a ermida acabou por ser levantada, em 1816, no local onde se encontra hoje <sup>159</sup>.



**Ilustração 36** – “Solar” e ermida de Santo António, Ribeira Seca

---

<sup>159</sup> Cf. Cunha, 1981: 39/40.

Já no concelho das Velas, na freguesia da Urzelina, uma grande casa implantada acima do nível do caminho, mostrando a sua imponência, é símbolo da riqueza de certos proprietários da zona. Referida por Vitorino Nemésio no seu livro “Mau Tempo no Canal”, a casa do barão na Urzelina apresenta dois balcões com colunas em cantaria de pedra basáltica <sup>160</sup>.



**Ilustração 37** - Casa na Urzelina (presente na ficha de inventário nº 79 em anexo)

---

<sup>160</sup> Cf. Caldas, 2007: 353.

Na freguesia de Santo Amaro, concelho das Velas, é ainda possível observar, na mesma rua, duas casas de dimensões consideráveis, com uma decoração que as diferencia do que é habitual nos locais rurais da ilha. Uma delas, à semelhança do que acontece com os “solares” da Ribeira Seca anteriormente falados, possui uma ermida anexa.

A primeira casa, sem ermida, é mais sóbria em termos da cor, apresentando um frontão (com a data de 1929) e platibanda simples a rematar a fachada principal. Junto a esta habitação, do lado esquerdo, pode ver-se um império do Espírito Santo, de 1930, onde, todos os anos, se realizam as respectivas festas.



**Ilustração 38** - Casa em Santo Amaro; ao lado o império do Espírito Santo

A outra habitação mencionada, datada de 1940, é mais volumosa e apresenta as fachadas principais, bastante trabalhadas e decoradas. A ermida anexa segue as mesmas linhas de decoração, com destaque para elementos religiosos, tal como as pombinhas brancas, alusivas ao Divino Espírito Santo, e também a cruz. A ermida é de invocação de Nossa Senhora de Fátima e é datada do ano de 1930.



**Ilustração 39** - Habitação em Santo Amaro com ermida anexa



**Ilustração 40** - Ermida de Nossa Senhora de Fátima em Santo Amaro

Em meio rural, construíram-se também habitações baseadas em modelos importados. É o caso das moradias tipo “chalet”<sup>161</sup> que trazem um certo cosmopolitismo do século XIX até às freguesias rurais da ilha de São Jorge. Estas casas são identificadas pelo ângulo acentuado da sua cobertura, com conseqüente aproveitamento do sótão, e reflectem influências formais de final de século, no eclectismo do desenho dos vãos e das guardas das varandas. Mantêm, porém, o modelo de articulação, característico da casa rural jorgense, da casa com a cozinha perpendicular, vinculando-se a esta o forno exterior, de forma cúbica, rematado, neste caso, pela chaminé cónica <sup>162</sup>.



**Ilustração 41** - Casa tipo "chalet" na Urzelina (presente na ficha de inventário nº 83)

Os meios rurais da ilha de São Jorge são também palco para as denominadas “quintas”, com os seus muros altos e grandes portões, e dentro destes, as grandiosas casas de quinta. Nos finais do século XVIII, começaram a aparecer figuras animais feitas em pedra, madeira, faiança ou porcelana, sobre os portões de quinta, nos arredores da cidade de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira. Como já foi dito em capítulos anteriores, eram regulares as trocas comerciais e até os casamentos entre famílias jorgenses e terceirenses, o que poderá explicar o aparecimento de uma figura animal sobre o portão de uma quinta na freguesia rural da Urzelina, constituindo um exemplo raro, senão único, na ilha em estudo. Neste caso, trata-se de um grande canídeo, que servia como elemento decorativo, mas também para amedrontar um possível ladrão que tentasse roubar algo na propriedade <sup>163</sup>.

<sup>161</sup> Presentes em anexo, nas fichas de inventário nº 83, 109 e 115.

<sup>162</sup> Cf. Caldas, 2007: 348. São Jorge - *Guia do Património Cultural*, 2003: 41.

<sup>163</sup> Cf. Martins, 1983: 33/34.



**Ilustração 42** - Cão em cima de portão de quinta, Urzelina (presente na ficha de inventário nº 78 em anexo)

Um elemento que Fernandes enquadra nas casas urbanas, mas que em São Jorge se encontra nas ditas “quintas”, é a decoração simbólica religiosa, que as pessoas empregavam na fachada principal das suas casas, de forma a afastar o mal, perante o medo devido às acções catastróficas da natureza. A casa presente na ficha nº79 (já mencionada atrás)<sup>164</sup>, uma das mais antigas da ilha, dá-nos exemplo disso, manifestando um leão e cruz de Cristo gravados em pedra <sup>165</sup>.



**Ilustração 43** - Simbologia presente numa quinta da Urzelina

<sup>164</sup> De notar que este solar também possui dois alpendres, característica pouco comum na ilha.

<sup>165</sup> Cf. Fernandes, 1996: 254/255.

Na ruralidade de São Jorge, encontramos dois exemplos de habitações com uma característica pouco habitual, a de terem fachadas cobertas a azulejos. A primeira, localizada na freguesia das Manadas; de dimensões médias, possui a fachada principal forrada a azulejos coloridos a azul, amarelo, verde e branco, com motivos vegetalistas.



**Ilustração 44** - Casa rural com fachada principal forrada a azulejos, Manadas (presente na ficha de inventário nº 95 em anexo)

Numa outra freguesia da ilha, Ribeira Seca, existe a casa Gaspar Silva (presente na ficha de inventário nº108), igualmente forrada a azulejos, desta vez em tom de azul. Para embelezar ainda mais esta habitação, existem em todo o seu perímetro rendilhados em madeira, chamados “bargeboard”.

Encontramos o mesmo tipo de decoração na vila das Velas, donde, provavelmente, irradiou para o meio rural.

## CONCLUSÕES

O levantamento e estudo do património arquitectónico jorgense, edificado entre o século XVIII e o final do século XX, mostra-nos um conjunto arquitectónico genuíno e muito significativo, que importa considerar no quadro alargado das ilhas da Macaronésia e, mais especificamente, dos Açores.

A colonização de espaços insulares por povoadores vindos do Continente Europeu e sobretudo do Reino de Portugal traduziu-se num acelerado processo de humanização, com a marca dos padrões civilizacionais dos colonos, mas desenvolvido num quadro geográfico muito distinto do continental.

A construção da habitação teve em conta as concepções e a tecnologia de que os colonos eram portadores, mas deparou-se com particulares circunstâncias no que toca aos materiais disponíveis e teve de responder a exigências específicas, desde as ditadas pela insularidade às impostas pelas condições vulcanológicas e sismológicas, pelo clima, ou, no caso da ilha de São Jorge, pela sua peculiar orografia.

Pode assim dizer-se que a casa rural e urbana no arquipélago dos Açores é original, tanto na sua morfologia como na sua tipologia, sendo fruto quer da cultura e da tecnologia trazidas pelos seus povoadores, vindos do Continente, quer das condições que o meio envolvente proporcionou. Nos Açores, como nos demais arquipélagos da Macaronésia, registou-se uma constante inovação por parte dos construtores insulares, criando-se assim, a dita “casa insular macaronésica”.

A casa jorgense integra-se no quadro geral da casa açoriana, assemelhando-se às demais encontradas pelo arquipélago. A sua característica mais peculiar é, sem dúvida, a questão do aproveitamento do declive através da “loja” ou “meia loja”. Justificando-se esta especificidade pelo facto de a ilha ser muito acidentada e de as habitações serem construídas nos terrenos menos propícios para o cultivo pela sua irregularidade ou declive.

Na ruralidade jorgense, afirmaram-se soluções estruturais—semelhantes às das demais ilhas do arquipélago —, depois transpostas para o espaço das vilas. Sublinhe-se, entre estas, a importância do sistema forno/lar/chaminé, presente em todas as habitações, contribuindo para as mais diversas tipologias, desde as elementares (com cozinha dissociada, ou linear), às de planta complexa, verificando-se também nas casas de influência erudita.

A casa rural jorgense tem geralmente cobertura de duas águas, em telha de meia cana tradicional, paredes em pedra basáltica rebocada, podendo ter um ou dois pisos. Nas últimas, encontramos no piso térreo a já referida “loja”, ou “meia loja”, destinada à guarda dos animais e dos apetrechos agrícolas e à armazenagem dos produtos da terra. O piso superior da casa, de feição habitacional, é acedido por um balcão, usualmente virado para o mar.

A tipologia do sistema forno/lar/chaminé que mais se evidencia é aquela em que o forno é saliente e com chaminé, modelo que também se aplica à casa nobre, numa outra escala.

A cobertura das casas pode ser de duas, conforme dito antes, ou de quatro águas. Se, dantes, muitas eram colmadas, hoje predomina a telha de meia cana tradicional. Nas habitações mais abastadas, o remate do telhado é duplo, enquanto que nas menos complexas é simples ou inexistente.

Na casa urbana, a presença da pedra basáltica, utilizada na estrutura e decoração, dá uma nota permanente de ruralidade. Mas esta manifesta-se também em elementos essenciais como o sistema forno/lar/chaminé. Ou seja, na transição para o meio (urbano, ou proto-urbano) das vilas, a originalidade e a essência dos modelos arquitectónicos estruturais emergentes da ruralidade permanecem.

As casas das vilas traduzem os equilíbrios entre esses modelos e soluções urbanas exógenas. Influências eruditas, processos arquitectónicos importados da Europa e da América, são mais perceptíveis nas vilas — onde também é constatável uma lenta e tímida transição para a modernidade — mas ocorrendo similarmente em meio rural.

Os elementos decorativos, como já foi dito, são essencialmente em basalto. Encontram-se exemplos de habitações que utilizam as chamadas “fachas” para embelezar as suas fachadas, dando um sentido de continuidade ritmada. Igualmente com função decorativa mas também de sustentação — especialmente em caso de sismos — temos o “vão-pilar”.

Sobretudo no meio urbano são comuns as habitações com torre. Construídas para “ver o mar” — e sobretudo para aumentar o espaço e a luminosidade da casa —, possuem as mais diversas decorações (usando algumas vezes o rendilhado em madeira: o “bargeboard”), sendo erigidas em madeira e pedra, ou apenas em madeira. Nestas estruturas vêem-se variados vãos, com formas curvas, ogivais, trilobuladas ou rectas.

A modernidade da arquitectura civil jorgense manifestou-se tenuemente, sobretudo na vila das Velas, a mais populosa e a que apresenta um tecido urbano mais

estruturado: na renovação dos materiais empregues, na presença oitocentista de elementos tardo-românticos e nos “formalismos de brasileiro”, na expressão eclética de algumas construções das primeiras décadas de Novecentos, onde é perceptível alguma inspiração em temas de *Arte Nova*. Mas essa ténue modernidade concilia-se quase sempre com os modelos estruturais da arquitectura tradicional jorgense. Não acontece o mesmo com alguma construção de finais do século, deficientemente inserida na malha urbana, singularizando-se pela exuberância das formas e do cromatismo.

Tal como as restantes ilhas do arquipélago dos Açores e dos demais arquipélagos da Macaronésia, a ilha de São Jorge possui uma arquitectura civil vinculada à tradição ibérica que, aberta à influência dos vários espaços atlânticos, a insularidade individualizou através de processos criativos desenvolvidos dentro do quadro da ilha.

Nesse particular, as ilhas do Grupo Central do arquipélago apresentam soluções arquitecturais em alguns aspectos semelhantes, devido às relações espaciais que mantêm entre si. De todas, a ilha que mais reflecte a mescla de influências das ilhas que a rodeiam, por se situar “no coração” do grupo, é a de São Jorge: “dominada” na costa Sul pelas ilhas do Faial e Pico, e na costa Sueste — mais propriamente na zona do Topo — influenciada pela ilha Terceira.

O património arquitectónico civil jorgense, cujo levantamento e estudo aqui encetámos, enquadra-se no perfil da “casa insular macaronésica”. Pela sua genuinidade, é relevante o seu contributo para a diversidade da cultura arquitectónica portuguesa. O desgaste dos tempos, a inclemência dos elementos, os erros humanos traduzem-se, porém, em riscos sérios de degradação ou perda definitiva, que só o seu conhecimento aprofundado e medidas de prevenção apropriadas poderão contrariar.

Os objectivos desta dissertação serão alcançados se ela contribuir, de algum modo, para um melhor conhecimento, divulgação e preservação deste património.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes manuscritas**

#### **Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada**

- Planta *Chorographica da Ilha de San Jorge*: 1883 / copiada por Luis Maria Xavier do exemplar existente na Secretaria das Obras Públicas de Ponta Delgada em 1892.

### **Fontes Impressas**

#### **Crónicas e Colecções documentais**

- FRUTUOSO, Gaspar. 2005. *Saudades da Terra*. Livro VI. Ponta Delgada. Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- PEREIRA, António dos Santos. 1984. *Vereações de Velas (São Jorge) (1559-1570-1571)*. Ponta Delgada. Secretaria Regional de Educação e Cultura- Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Universidade dos Açores- Departamento de História

#### **Jornais**

- “*O Jorgense*”, Velas, jornais nº9 de 15/6/1871. nº 12 de 1/8/1871.
- “*O Informador*”, Velas, jornais nº 6 de 22/7/1894.
- “*O Insulano*”, Calheta, jornais nº218 de 25/2/1899. nº 230 de 24/6/1899.

### **Fontes Oraís**

- Aires Reis, Calheta
- Altino Melo, Velas
- Ana Margarida Soares, Urzelina
- António Homem, Fajã do Ouvidor

- Clímaco Cunha, Calheta
- Eduardo Borba, Topo
- Frederico Maciel, Velas
- João Almada, Calheta
- João Natal, Topo
- José Rodrigues, Fajã do Ouvidor
- Manuel Maciel, Velas
- Maria Belmira Silveira, Topo
- Maria Luís Bettencourt, Velas
- Maura Brasil, Fajã do Mero
- Mark Marques, Velas
- Serafim Brasil, Fajã do Mero

### **Bibliografia**

- ALBERGARIA, Isabel Soares de. 2005. *Parques e Jardins dos Açores/ Azores Parks and Gardens*. Lisboa. Argumentum.
- ALBERGARIA, Isabel. 2012. *A Casa Nobre na ilha de S. Miguel: do Período Filipino ao final do Antigo Regime*. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior Técnico. 2 vols. Tese de Doutoramento.
- ALMEIDA, Carlos de. 1978. *Portugal - arquitectura e sociedade*. Lisboa. Terra Livre.
- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de. 2011. *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*. 2.<sup>a</sup> ed. fac-simile Vol. I e IV. Ponta Delgada. Direcção Regional da Cultura.
- AVELLAR, José Cândido da Silveira. 1902. *Ilha de S. Jorge - Açores. Apontamentos para a sua História*. Horta, Typ. Minerva Insulana.
- ÁVILA, João Gabriel de. 1986. *O Paço Municipal das Velas*. Separata do *Boletim Histórico da Ilha Terceira*. Vol. XLIII. Angra do Heroísmo.

- ÁVILA, João Gabriel de. 1989. “A Vila das Velas na história das suas ruas – Topografia, Toponímia, Histórias”. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. XLVII. Angra do Heroísmo. pp. 9-250.
- BARCELOS, António Bento Fraga. 2011. “O Município do Topo e a acção das elites políticas no período da sua extinção (1850 – 1868)” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX – Actas do V Colóquio*. Horta. Núcleo Cultural da Horta. pp. 635-667.
- BENEVOLO, Leonardo. 2004. *História da Arquitetura Moderna*. 3ª Edição. São Paulo. Editora Perspectiva.
- BRANDÃO, Raul. 2009. *As Ilhas Desconhecidas – Notas e Paisagens*. Lisboa. Artes e Letras.
- BRUNO, Jorge A. Paulus. CALDAS, João Vieira. FERNANDES, José Manuel. 2004. “O Património Imóvel das Ilhas do Pico e Faial” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*. Horta. Núcleo Cultural da Horta. pp. 451-469.
- CALDAS, João Vieira. 2006. *Arquitetura Doméstica*. Açores. ARENA – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores.
- CALDAS, João Vieira (coord.) - *Arquitetura Popular dos Açores*. 2007. Lisboa. Ordem dos Arquitectos.
- CARDOSO, Ana. SILVA, Carlos. LOURIDO, Francisco. PINHÃO, Ivan. ALVES, Levi. DUARTE, Leonor. FERREIRA, Luís. CARLOS, Gilberto. FÉLIX, Marina. MEDEIROS, Miguel. SOBRAL, João. COSTA, Rita. SILVA, Vanda. 2005. “Ilha de São Jorge” in *A Praça em Portugal- Açores- Inventário de Espaço Público*. Lisboa. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.
- CARITA, Rui. 1999. “As Cidades Insulares no Universo Urbanístico Português” in *Arquipélago – história*. V. III. Ponta Delgada. Universidade dos Açores. pp. 45-54.
- CHUECA GOITIA, Fernando. 1982. *Breve História do Urbanismo*. Lisboa. Presença.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves. 2011. *Construir, habitar: a casa medieval*. Braga. CITCEM.
- COSTA, Carreiro da. 1991. *Etnologia dos Açores*. Organização, introdução e notas de Rui de Sousa Martins. Vol. 2. Lagoa. Câmara Municipal da Lagoa.

- COSTA, Francisco Carreiro da. 1978. *Esboço Histórico dos Açores*. Ponta Delgada. Instituto Universitário dos Açores.
- CUNHA, Clímaco Ferreira da. 2012. *Recordando o Passado*. 2ª Edição. Horta. Gráfica “O Telégrafo”.
- CUNHA, Pe. Manuel Azevedo da. 1981. *Notas Históricas. Estudos sobre o concelho da Calheta*. 2 vols. Ponta Delgada. Universidade dos Açores.
- DIAS, Eduardo. 2007. “Açores e Madeira - A floresta das ilhas” in *Árvores e florestas de Portugal*. Lisboa. Público/ Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- DIAS, Francisco dos Reis Maduro. 1987. “Módulos Arquitectónicos na Cidade de Angra do Heroísmo (Uma primeira aproximação)”. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. V. XLIII. Angra do Heroísmo. pp. 10-14.
- DIAS, Pedro. 2008. *Arte de Portugal no Mundo – Açores*. Lisboa. Público.
- DIAS, Urbano de Mendonça. 1924. *História dos Açores*. Vila Franca do Campo: Agência de Obras Literárias de António Silvério de Medeiros.
- FARIA, Manuel Augusto. MACIEL, António Frederico Correia. MACHADO, José Guilherme Teixeira. PEDROSO, António. SILVEIRA, Maria José Azevedo da. 2007. *Velas – Município/ Municipality*. Ponta Delgada. Nova Gráfica.
- FERNANDES, José Manuel. 1996. *Cidades e Casas da Macaronésia. Evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do séc. XV ao séc. XVII*. 2.ª Edição. Porto. FAUP publicações.
- FERNANDES, José Manuel. 2008. *História Ilustrada da Arquitectura dos Açores*. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano da Cultura.
- FERNANDES, José Manuel. JANEIRO, Ana. 2009. *Arquitectura Contemporânea nos Açores*. Angra do Heroísmo. Presidência do Governo Regional dos Açores. Direcção Regional da Cultura.
- FERREIRA, António de Brum. 2008. “A geografia física dos Açores” in *História dos Açores – Do descobrimento ao século XX*. Vol. I. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano da Cultura. pp. 21-45.
- GIESE, Wilhelm. 1938. “Algumas palavras sobre janelas e ralos nos Açores. Açoreana” – *Revista de Estudos Açoreanos. Boletim da Sociedade Afonso Chaves*. Nº1. Angra do Heroísmo – Açores. pp. 20-28.

- GOUVEIA, Paulo. *Arquitectura Baleeira nos Açores*. Horta. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.
- GUERREIRO, M. Viegas. 1996. *A Ilha de São Jorge – Uma Monografia*. Colaboração de Elsa de Mendonça. Celeste Ribeiro e José Guilherme Machado.
- “Ilha de S. Jorge – Vila das Velas” in *Os Açores: revista ilustrada*. Ponta Delgada: Barbosa & Irmão. 1928. 2ª s., nº 8 (Agosto), pp. 14-35.
- LEITE, José Guilherme Reis. 2008. “Novas formas de governação das ilhas: divisões e autonomia fracassadas” in *História dos Açores – Do descobrimento ao século XX*. Vol. II. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano da Cultura. pp. 11-32.
- LOPES, Maria Eugénia Soares de Albergaria Moreira. 1970. *A Ilha de S. Jorge do arquipélago dos Açores – contribuição para o estudo da sua morfologia e actividade vulcânica*. Tese de licenciatura em Geografia. Universidade de Lourenço Marques.
- MACIEL, Frederico. 2010. *São Jorge (Trechos da Nossa História)*. Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas.
- MADEIRA, Artur Boavida. RODRIGUES, José Damião. MATOS, Paulo Lopes. 1998. “População e Família de uma Vila Açoriana: As Velas da Ilha de S. Jorge (1766 – 1799)” in *Revista Sociedade e População* N º4. Porto. Centro de Estudos da População e Família. pp. 59-93.
- MARTINS, Francisco de Oliveira. 1983. *Arquitectura nos Açores – Subsídios para o seu estudo*. Horta. Secretaria Regional dos Transportes e Turismo. Direcção Regional do Turismo.
- MARTINS, Francisco de Oliveira. 1991. *Arquitectura Popular do Ramo Grande*. Praia da Vitória. Câmara Municipal da Praia da Vitória.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. 1996. *Arquitectura Popular Açoriano - Brasileira - Subsídios para o seu estudo*. Horta. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.
- MARTINS, Rui de Sousa. 1991. “Introdução” a COSTA, Carreiro da, *Etnologia dos Açores*. Vol. 2. Câmara Municipal da Lagoa. pp. IX-XXIV.
- MATOS, Artur Teodoro. 1982. “Miradoiro de ilhas, pastagens, canais e fajãs” in *À Descoberta dos Açores*. Lisboa: Selecções do Reader’s Digest. pp. 522-548.

- MATOS, Paulo Lopes. 1998. “A Ribeira Seca da Ilha de S. Jorge (1839 – 1892) – Estruturas sócio-demográficas de uma comunidade rural” in *Revista Sociedade e População* N °4. Porto. Centro de Estudos da População e Família. pp. 191-219.
- MEDEIROS, Susana Patrícia Carreiro. 2001. *Estudo Ecológico da Vegetação das Reservas Florestais Naturais da Ilha de São Jorge – Contributo para a sua Conservação e Ordenamento*. Universidade dos Açores. Relatório de estágio apresentado ao Departamento de Biologia. Ponta Delgada.
- MENDONÇA, Elsa Brunilde Lemos de. 1961-1962. “Ilha de São Jorge – Subsídio para o estudo da Etnografia, Linguagem e Folclore Regionais”. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Vol. XIX-XX. Angra do Heroísmo. pp. 5-247.
- MENESES, Avelino de Freitas. 2008. “Novas escalas ocasionais e relacionamentos exteriores” in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. dir. por Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite. Vol. I. Instituto Açoriano de Cultura. Angra do Heroísmo. pp. 297-324.
- MENESES, Avelino de Freitas. 2008. “O povoamento” in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. dir. por Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite. Vol. I. Instituto Açoriano de Cultura. Angra do Heroísmo. pp. 63-109.
- MONTEREY, Guido de. 1981. *Graciosa e São Jorge: duas ilhas no centro do Arquipélago*. Porto.
- OLIVEIRA, José N.B. MACIEL, Graciete Belo. PEREIRA, Maria João. MOURA, Mónica. FURTADO, Duarte. MEDEIROS, Margarida C. 1993. *Contribuição para o Estudo da Flora e Vegetação da Ilha de São Jorge (Açores). VII Expedição Científica do Departamento de Biologia - São Jorge e Topo - 1992*. Ponta Delgada. Universidade dos Açores.
- *Parque Natural de São Jorge – Guia*. 2011. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – Parque Natural de São Jorge. Horta.
- PEDROSO, António. 2007. “Paço Municipal das Velas/ Municipal Court of Velas” in *Velas – Município/Municipality*. coord. por José Maria Ferreira Melo e Sandra Pacheco Tejo. Ponta Delgada. Publiçor. pp. 37-46.

- PEREIRA, António dos Santos. 1987. *A ilha de São Jorge (séculos XV-XVII) – contribuição para o seu estudo*. Ponta Delgada. Universidade dos Açores.
- RIBEIRO, José Rodrigues. 1992. *Breves Notas Históricas – Reabertura da Igreja Matriz da Calheta de São Jorge*. Calheta.
- SALGUEIRO, Mário Alberto. 1992. *Descritivo Vulcanológico de São Jorge – Relatório*. Ponta Delgada. Departamento de Geociências. Universidade dos Açores.
- SAMPAIO, Jorge Pereira & BOTELHO, Cândida Arruda. 2000. *Casas Portuguesas e Brasileiras – Duas Visões, Dois Testemunhos*. Lisboa: Ed. Inapa.
- SANTOS, João Marinho dos. 1989. *Os Açores nos sécs. XV e XVI*. 2 vols. Angra do Heroísmo. Secretaria Regional de Educação e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Universidade dos Açores-Departamento de História.
- *São Jorge – Caracterização*. 1985. Angra do Heroísmo. Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores.
- *S. Jorge - Guia do Património Cultural*. 2003. dir. por Luís Daniel e Natacha Soares, s/l, Atlantic View.
- SILVA, Fernando Gaspar da. 2001. *Os Gaspar da Silva – memórias de raízes e percursos familiares*. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano da Cultura.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da & CALADO, Margarida. 2005. *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Editorial Presença. Lisboa.
- *S. Jorge - Guia do Património Cultural*. 2003. dir. por Luís Daniel e Natacha Soares, s/l, Atlantic View.
- SOUSA, João Duarte de. 1992. *Reminiscências Velenses (Na Vila das Velas do século XIX)*. Eurosigno Publicações. Ponta Delgada.
- SOUSA, João Duarte de. 2003. *Ilha de São Jorge – Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*. 2ª Edição. Velas. Câmara Municipal das Velas.
- SOUSA, João Soares de Albergaria de. 1975. *Corografia Açórica – Descrição Física, Política, e Histórica dos Açores*. 2ª Edição. Jornal da Cultura.
- SOUSA, Nestor de. 1983. “A Matriz da Vila das Velas e o seu retábulo quinhentista no contexto da fixação da sociedade na Ilha de São Jorge” *in Arquipélago*. Ponta Delgada. Departamento de História da Universidade dos Açores. pp. 103-122.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1</b> – Planta Corográfica da Ilha de São Jorge (1883)	8
<b>Ilustração 2</b> - Cordilheira Central	9
<b>Ilustração 3</b> - Carta vulcanológica de São Jorge	10
<b>Ilustração 4</b> - Mapa da Vila das Velas	17
<b>Ilustração 5</b> - Ortofotomapa da Vila das Velas - ano 2005	17
<b>Ilustração 6</b> - Vestígios do convento de Nossa Senhora do Rosário	19
<b>Ilustração 7</b> - Vila das Velas nos anos 50 do séc. XX	21
<b>Ilustração 8</b> - Mapa da vila da Calheta	25
<b>Ilustração 9</b> - Ortofotomapa da vila da Calheta - ano 2005	25
<b>Ilustração 10</b> - Mapa da vila do Topo	27
<b>Ilustração 11</b> - Ortofotomapa da vila do Topo - ano 2005	28
<b>Ilustração 12</b> - Cafua localizada na Fajã do Mero (com tecto de cana, construído em 1973 sobre estrutura em pedra já existente)	30
<b>Ilustração 13</b> - Habitações com forno saliente e chaminé na rua da Gruta, Velas	33
<b>Ilustração 14</b> - Chaminé - Casa rural na Fajã do Ouvidor	33
<b>Ilustração 15</b> - Chaminé - Casa rural na Fajã Grande	34
<b>Ilustração 16</b> - Interior de uma retrete, Toledo – Freguesia de Santo Amaro	35
<b>Ilustração 17</b> – “Solar” Cunha da Silveira, vila das Velas	39
<b>Ilustração 18</b> - Câmara Municipal de Velas	41
<b>Ilustração 19</b> - Paço Municipal das Velas em 1744 - reconstituição	43
<b>Ilustração 20</b> - O Paço Municipal ainda com a torre em madeira e tufo	43
<b>Ilustração 21</b> - Câmara Municipal da Vila da Calheta	44
<b>Ilustração 22</b> - Antigos Paços do Concelho da vila do Topo (ao lado a cadeia)	46
<b>Ilustração 23</b> – “Solar” da Viscondessa de São Mateus, vila das Velas	48
<b>Ilustração 24</b> – “Solar” da Família Forjaz Lacerda Carvalho, vila das Velas	48
<b>Ilustração 25</b> - Casa dos Tiagos, vila do Topo, durante a reabilitação	49
<b>Ilustração 26</b> - Conjunto de três casas (frente), vila da Calheta	51
<b>Ilustração 27</b> - Conjunto de três casas (traseiras), vila da Calheta	51
<b>Ilustração 28</b> - Casa na vila das Velas	53
<b>Ilustração 29</b> - Casa na vila das Velas	54
<b>Ilustração 30</b> - Casa na vila das Velas	55
<b>Ilustração 31</b> - Casa revestida a azulejos, vila das Velas	56
<b>Ilustração 32</b> - Casa revestida a azulejos (pormenor), vila das Velas	56
<b>Ilustração 33</b> – Auditório Municipal e Centro Cultural das Velas	58
<b>Ilustração 34</b> – “Solar” dos Noronha, Ribeira Seca	60

<b>Ilustração 35</b> - Ermida de Nossa Senhora dos Milagres (anexo ao “Solar” dos Noronha)	60
<b>Ilustração 36</b> – “Solar” e ermida de Santo António, Ribeira Seca	61
<b>Ilustração 37</b> - Casa na Urzelina	62
<b>Ilustração 38</b> - Casa em Santo Amaro; ao lado o império do Espírito Santo	63
<b>Ilustração 39</b> - Habitação em Santo Amaro com ermida anexa	64
<b>Ilustração 40</b> - Ermida de Nossa Senhora de Fátima em Santo Amaro	64
<b>Ilustração 41</b> - Casa tipo "chalet" na Urzelina	65
<b>Ilustração 42</b> - Cão em cima de portão de quinta, Urzelina	66
<b>Ilustração 43</b> - Simbologia presente numa quinta da Urzelina	66
<b>Ilustração 44</b> - Casa rural com fachada principal forrada a azulejos, Manadas	67